JORNALISMO & JORNALISTAS

JJ é uma edição do Clube de Jornalistas >> nº 41 Janeiro/Março 2010 >> 2,50 Euros

TEMA

Os media e a blogosfera: conflito em público?

ANÁLISE

30 anos de Ambiente na Imprensa portuguesa

ENTREVISTA

Joaquim Vieira

MEMÓRIA

O Jornal 57 e o Movimento de Cultura Portuguesa

VIAGENS EXCLUSIVAS *para a sua* SEMANA SANTA

ÁUSTRIA	HOTEL	REGIME	PARTIDA/NOITES	PREÇO BASE	TAXAS	PREÇO TOTAL
LINZ + VIENA	RIDING SCHOOL RENNAISANCE HOTEL ****	APA	Saída de Lisboa 1 a 5 Abril 5 dias/4 noites	**459**€	70€	529€
LINZ + VIENA + SALZBURG	3 Noites em Viena em APA no RIDING SCHOOL RENNAISANCE HOTEL*** 1 noite em Salzburg em APA no AUSTRIA TREND HOTEL EUROPA****	APA	Saída de Lisboa 1 a 5 Abril 5 dias/4 noites	**519**€	70€	589€

CAPITAIS DO BÁLTICO	HOTEL	REGIME	PARTIDA/NOITES	PREÇO BASE	TAXAS	PREÇO TOTAL
RIGA	DOMINA INN HOTEL****	APA	Saída de Lisboa 2* a 5 Abril 4 dias/3 noites	**319**€	70€	389€
RIGA + TALLIN	DOMINA INN HOTEL****	APA	Saída de Lisboa 2* a 5 Abril 4 dias/3 noites *Avião sai na madrugada de 1 para 2 de Abril	**399**€	70€	469€

LAPÓNIA		REGIME	PARTIDA/NOITES	PREÇO BASE	TAXAS	PREÇO TOTAL
FINLÂNDIA	LAPÓNIA - HELSÍNQUIA TALLIN (ESTÓNIA)	Segundo Programa	Saída de Lisboa 27 Março 8 dias/7 noites	**1.950**€	64€	2.014€

ILHAS PORTUGUESAS	HOTEL	REGIME	PARTIDA/NOITES	PREÇO BASE	TAXAS	PREÇO TOTAL
MADEIRA	MADEIRA REGENCY PALACE 5*****	APA	Saída de LISBOA 1 a 4 Abril 4 dias/3 noites	**269**€	55€	324€
		APA	Saída de LISBOA 1 a 5 Abril 5 dias/4 noites	**289**€	55€	344€
AÇORES	ROYAL GARDEN HOTEL 4****	APA	Saída de LISBOA 1 a 4 Abril 4 dias/3 noites	**309**€	47€	356€
		APA	Saída de PORTO 31 Março a 4 Abril 5 dias/4 noites	**349**€	47€	396€
PORTO SANTO	VILA BALEIRA****	APA	Saída de LISBOA 1 a 4* Abril 4 dias/3 noites	**344**€	55€	399€
	PESTANA PORTO SANTO*****	APA	Saída do LISBOA 1 a 4* Abril 4 dias/3 noites *Avião sai na madrugada de Sábado para Domingo	**379**€	55€	434€

CRUZEIROS	BARCO/ESCALAS	REGIME	PARTIDA/NOITES	PREÇO BASE	TAXAS	PREÇO TOTAL
BRASIL Oferta Especial 50% de desconto para o acompanhante em duplo	VISION OF THE SEAS **ESCALAS** Santos, Ilha Grande, Salvador, Búzios, Ilhabela, Santos	APA	28 Março a 5 Abril 7 noites	Preço médio desde **1.140**€ *O preço médio por pessoa em camarote duplo já reflete o desconto do acompanhante.	417€	1.557€
GOLFO PÉRSICO Oferta Especial 25% de desconto para o acompanhante em duplo	VISION OF THE SEAS **ESCALAS** Dubai (Emirados), Muscate (Omã), Fujairah (Emirados), Abu Dhabi (Emirados), Mina Sulman (Bahrein), Dubai (Emirados)	APA	29 Março a 5 Abril 7 noites	Preço médio desde **1.159**€ *O preço médio por pessoa em camarote duplo já reflete o desconto do acompanhante.	473€	1..632€

halcon.pt 707 200 201

HALCON VIAGENS

Nº 41 JANEIRO/MARÇO 2010

Director Mário Zambujal

Direcção Editorial Eugénio Alves
Fernando Correia

Conselho Editorial Fernando Cascais
Francisco Mangas
José Carlos de Vasconcelos
Manuel Pinto
Mário Mesquita
Oscar Mascarenhas

Grafismo José Souto

Secretária de Redacção Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Álvaro Matos (DIR. HEMEROTECA C.M.L.)
António Granado (JORNALISTA E PROF. UNIV.)
Carla Baptista (FREELANCER, U.N.L.)
Helena de Sousa Freitas (LUSA)
José Frade (FREELANCER)
Luís Humberto Teixeira (FREELANCER)
Mário Rui Cardoso (RTP/ANTENA 1)
Paulo Pena (VISÃO)
Rui Brito Fonseca (C.I.E.S.- I.S.C.T.E.)
Rui Dias (FREELANCER)

Propriedade CLUBE DE JORNALISTAS
A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios:
- Caixa Geral de Depósitos
- Lisgráfica
- Fundação Inatel
- Vodafone

Tratamento de imagem Pré & Press
Campo Raso, 2710-139 Sintra

Impressão Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, SA
Casal Sta. Leopoldina,
2745 QUELUZ DE BAIXO

Dep. Legal: 146320/00
ISSN: 0874 7741
Preço: 2,49 Euros

Tiragem deste número 2.000 ex.

Redacção, Distribuição, Venda e Assinaturas Clube de Jornalistas
R. das Trinas, 127
1200 Lisboa
Telef. - 213965774
Fax- 213965752
e-mail:
cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

CJ na TV
4ª FEIRAS, 23.30, NA 2:

SUMÁRIO

6 OS MEDIA E A BLOGOSFERA: CONFLITO EM PÚBLICO?
Se há quem alerte os jornalistas para acautelarem o que publicam nos blogues, há também quem sublinhe que a blogosfera é um espaço livre a que qualquer cidadão tem direito. De uma discussão mais vasta, cujos argumentos são frequentemente esgrimidos em público, parece emergir uma colisão das esferas pessoal e profissional e um embate entre velhos e novos media.
Por Helena de Sousa Freitas

20 ANÁLISE
DA "QUALIDADE" AO "POPULAR": 30 ANOS DE AMBIENTE NA IMPRENSA PORTUGUESA
Os jornais, "populares" ou de "qualidade", permanecem como elementos essenciais na comunicação dos assuntos ambientais, para o público em geral, alertando, questionando e informando. **Por Rui Brito Fonseca**

30 ENTREVISTA
JOAQUIM VIEIRA
"O valor principal do jornalismo é a credibilidade"
Joaquim Vieira faz um balanço da sua actividade enquanto Provedor do Leitor do Público durante 2 anos. O Código Deontológico do Jornalista, o Estatuto Editorial e o Livro de Estilo foram leituras recorrentes para resolver dúvidas e, no final, ficou uma máxima, aliás recordada na última crónica, publicada em 27 de Dezembro de 2009: "Pensar no leitor antes de decidir a publicação de cada matéria". **Por Carla Baptista**

JORNAL

[40] Livros **Por Carla Baptista e Paulo Pena**

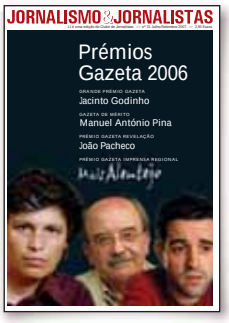
[44] Sites **Por Mário Rui Cardoso**

48 MEMÓRIA
O JORNAL 57 E O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA: HISTÓRIA & MEMÓRIA **Por Álvaro Costa de Matos**

58 IMAGENS DO REPÓRTER
Por Rui Dias

66 CRÓNICA
Por António Granado

Assine a JJ



JJ – *Jornalismo e Jornalistas*
A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os quatro números que editamos por ano, num total de 256 páginas, por apenas 10 euros, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● recensões ● crónicas ● comentários ● memórias
Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital ● Fotojornalismo ● Cartoon

Actualmente no seu décimo ano de publicação regular, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO&JORNALISTAS

Assinatura anual > 4 números: 2.000$00 > 10 Euros

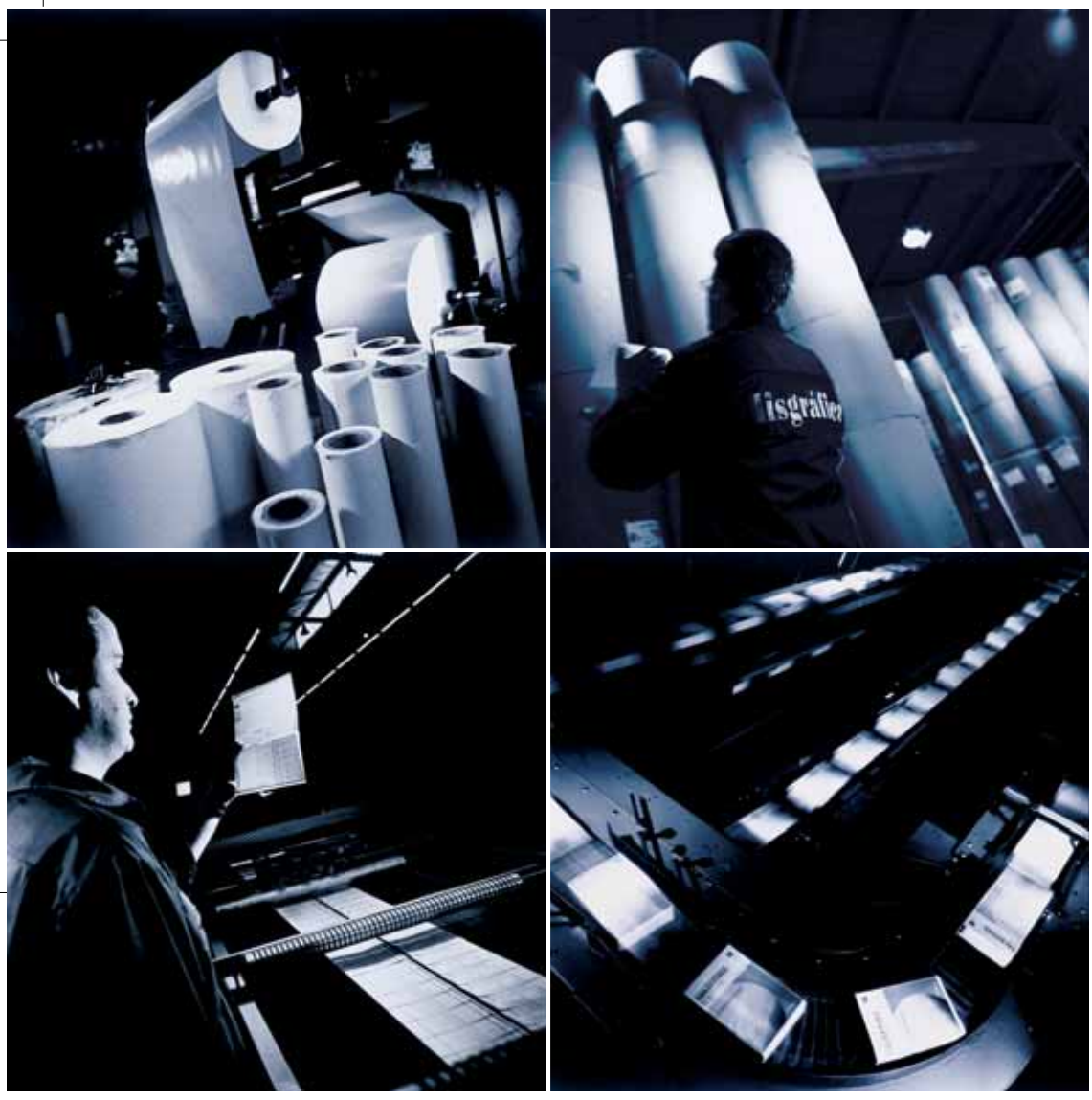
(INCLUI PORTES DE CORREIO)

Nome.....
Número de Contribuinte.....
Morada.....
Código postal.....Localidade.....
Contactos...../.....
Profissão (fac.).....Idade (fac.).....
Desejo assinar a **JJ** com início no nº .....
Para o respectivo pagamento envio cheque nº.....
Banco.....
Data..... Assinatura.....

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do
Clube de Jornalistas

Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857
Lisboa
Telef. 213965774
e-mail: cjxclubedejornalistas.pt



A Lisgráfica imprime mais de 15 milhões de exemplares por semana de revistas, jornais, listas telefónicas e boletins.

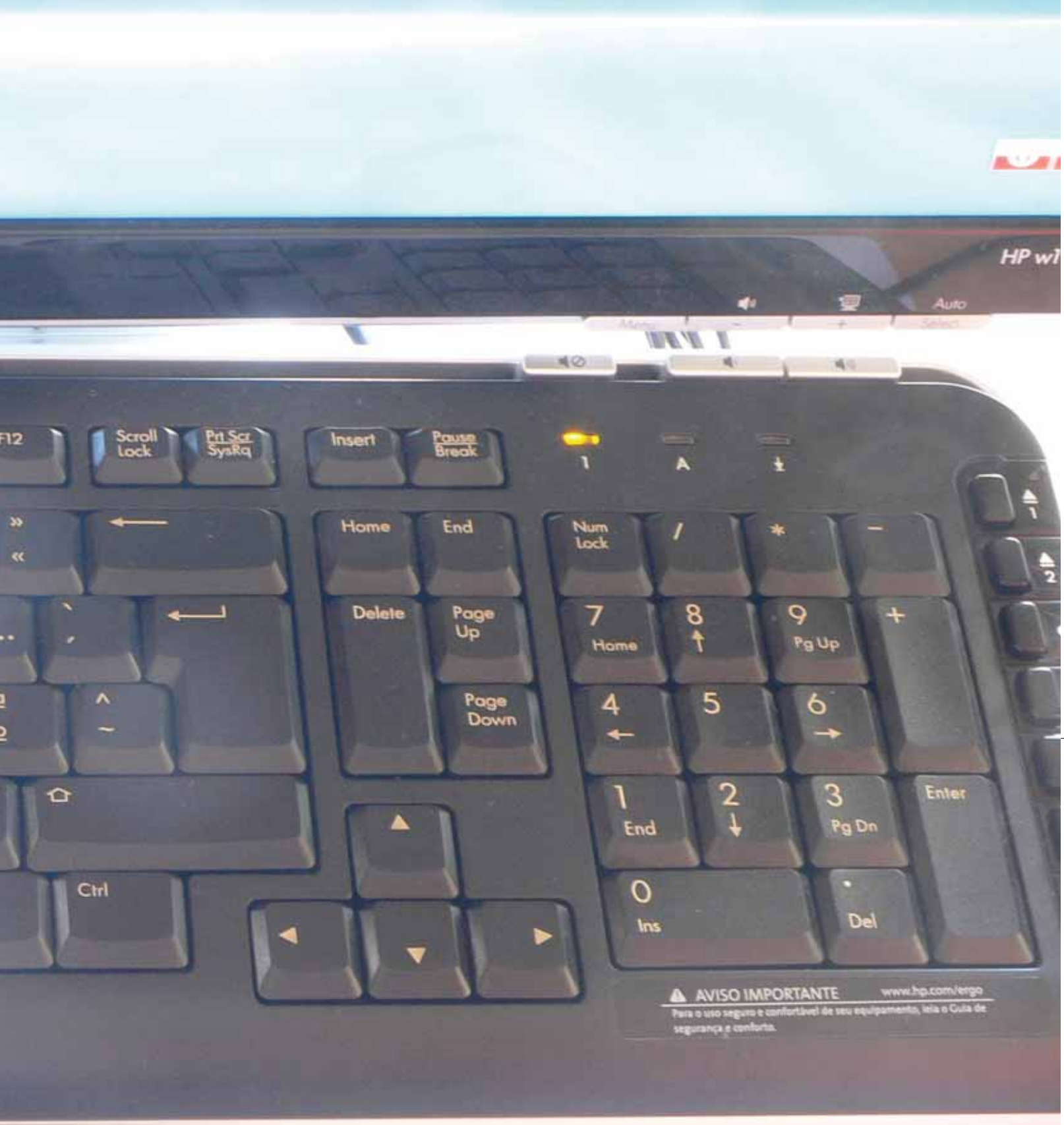
A Lisgráfica é a maior indústria gráfica da Península Ibérica. Apenas na área de publicações, é responsável pela impressão de mais de 100 títulos diferentes. O que significa dizer que todos os dias a maioria dos portugueses tem contacto com os nossos produtos.

lisgráfica

TEMA

Os media e a blogosfera

Conflito em público?



Se há quem alerte os jornalistas para acautelarem o que publicam nos blogues, há também quem sublinhe que a blogosfera é um espaço livre a que qualquer cidadão tem direito. De uma discussão mais vasta, cujos argumentos são frequentemente esgrimidos em público, parece emergir uma colisão das esferas pessoal e profissional e um embate entre velhos e novos media.

Textos Helena de Sousa Freitas

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA

"Escrever boatos num blogue (como já vi fazer) ou insultar figuras públicas (como também já vi fazer) parece-me completamente errado e indigno de um profissional da informação."

António Granado

A acusação de que os jornalistas colocam nos blogues o que não podem divulgar nos órgãos onde trabalham tem origem incerta, talvez múltipla, e circula em surdina. De facto, opiniões expressas nos blogues – e cada vez mais também nas redes sociais – já geraram tensão entre os profissionais dos media e as fontes, o público ou as entidades empregadoras. Afinal, que usos dão os jornalistas à blogosfera?

"Infelizmente, muitos jornalistas usam os blogues para publicar informação que não podem – ou não devem – colocar nos jornais. Digo infelizmente, porque acho que um jornalista se deve comportar como tal em todas as circunstâncias, sob pena de perder o seu maior valor: a credibilidade. Escrever boatos num blogue (como já vi fazer) ou insultar figuras públicas (como também já vi fazer) parece-me completamente errado e indigno de um profissional da informação", afirma António Granado.

Para o ex-editor do Publico.pt e autor do blogue Ponto Media, há jornalistas-bloggers capazes de colocar informação online apenas porque ela é "picante ou 'sexy'", mesmo sabendo que "pode não ter qualquer fundamento" mas, na opinião de Miguel Carvalho, grande repórter da Visão, a tendência está longe de ser a comum.

"Não creio que, em Portugal, de uma forma geral, os jornalistas estejam a colocar nos blogues o que não podem publicar no meios onde exercem. Isso talvez seja prática de alguns 'simpatizantes' do jornalismo, pouco dados a olhar para as regras e códigos da profissão...", considera, admitindo, porém, que, "em alguns casos, possa haver

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA

"Um blogue deixa de ser um espaço pessoal a partir do momento em que o seu autor disponibiliza o que escreve para toda a gente ler e, além disso, assina com o nome profissional."

Carla Maia de Almeida

dificuldade em difundir determinadas informações", já que "pressões cada vez mais refinadas podem levar, pelo menos, à autocensura".

Carla Maia de Almeida, colaboradora da Ler, Notícias Magazine e Notícias Sábado, sugere, por seu lado, que, se os jornalistas publicam informação em blogues e não num media tradicional "é por não terem jornais ou revistas para onde escrever" ou "por o seu blogue seguir uma linha pessoal que não coincide com os critérios e o perfil do órgão para o qual trabalham".

"Porque o jornalismo está muito formatado e tem pouco espaço para aquilo que não é 'convencional'", complementa João Paulo Meneses, da TSF. Para o criador do Blogouve-se, "em parte o jornalismo tenderá a adaptar-se à realidade bloguística", até porque – assinala Carla Maia de Almeida, dinamizadora d'O Jardim Assombrado – "a força da blogosfera é também um sintoma da debilidade do jornalismo, cada vez mais reduzido a uma minoria de meios e de públicos".

UM ABRIGO PARA OUTRAS ESCRITAS

Coordenador da secção de livros da revista Actual, do Expresso, José Mário Silva utiliza o Bibliotecário de Babel "como arquivo de trabalhos publicados primeiro em suporte impresso", para divulgar "as versões completas (isto é, mais longas) de textos que no papel têm de ser drasticamente reduzidos" ou abordar matérias "com maior intensidade, desenvolvimento ou extensão", dada a inexistência, na Net, "das limitações de espaço que tanto sufocam os trabalhos nos media tradicionais".

Já Carla Maia de Almeida criou O Jardim Assombrado

LUCÍLIA MONTEIRO

"Não criei o blogue para revelar o que não posso colocar na revista, mandar recados ou escrever nas entrelinhas sobre casos que acompanhe. Não é o registo que defendo."

Miguel Carvalho

para "expor emoções passageiras e valores permanentes, consoante as circunstâncias e os estados de espírito", e Miguel Carvalho mantém A Devida Comédia com o objectivo de "dar corda a escritas mais emotivas e impulsivas" que o permitam "desformatar a escrita jornalística".

"A Devida Comédia revela uma parte de mim, mas que eu não desejo ver confundida com o meu trabalho enquanto jornalista nem dar azo a que alguém o faça", esclareceu Miguel Carvalho à JJ, reforçando: "Não criei o blogue para revelar o que não posso colocar na revista, mandar recados ou escrever nas entrelinhas sobre casos que acompanhe. Não é o registo que defendo".

Pedro Mexia – que quando faz crítica a um livro para a imprensa não fala sobre esse livro no seu blogue, Lei Seca, evitando a "contaminação" – admite colocar ali "muita coisa que, pelo estilo e pelo tom pessoal, nunca escreveria num jornal". O que é diferente de revelar informação duvidosa, clarifica.

"As redacções estão cheias de boatos, rumores, informações não confirmadas que podem ser gravemente danosas e, se o órgão não as difunde por falta de validação, parece-me que não é ético, nem sério, que um jornalista escreva sobre isso", opina o colaborador do Público.

Considerando que "não há muitos casos de jornalismo propriamente dito na blogosfera", Pedro Mexia encontra ali, regularmente, "informação que nunca passaria pelo crivo de um órgão de comunicação, pois não respeita o cruzamento de fontes, o contraditório, nem resulta de qualquer investigação prévia", e frisa, a propósito, que "se o blogue que as publica for de um mero cidadão, enfim, mas um jornalista deve ter outra cautela, já que tem uma responsabilidade acrescida".

Porque, como sublinha António Granado, "um jornalista é-o 24 horas por dia, 365 dias por ano, e o que faz na esfera pública afecta a sua credibilidade", sobretudo porque o público "não distingue a pessoa do profissional", o

FERNANDO VELUDO/NFACTOS

"Escrevo num blogue sobre futebol coisas que nunca escreveria num órgão de comunicação social, pelo compromisso, pelo tom e pelo texto."

João Paulo Meneses

que é tanto mais evidente, na opinião de Pedro Mexia, "se houver hostilidade, má-fé ou má vontade" no receptor, pois "a interpretação depende do estado de espírito de quem lê".

PUBLICAR COM SENSIBILIDADE E BOM SENSO

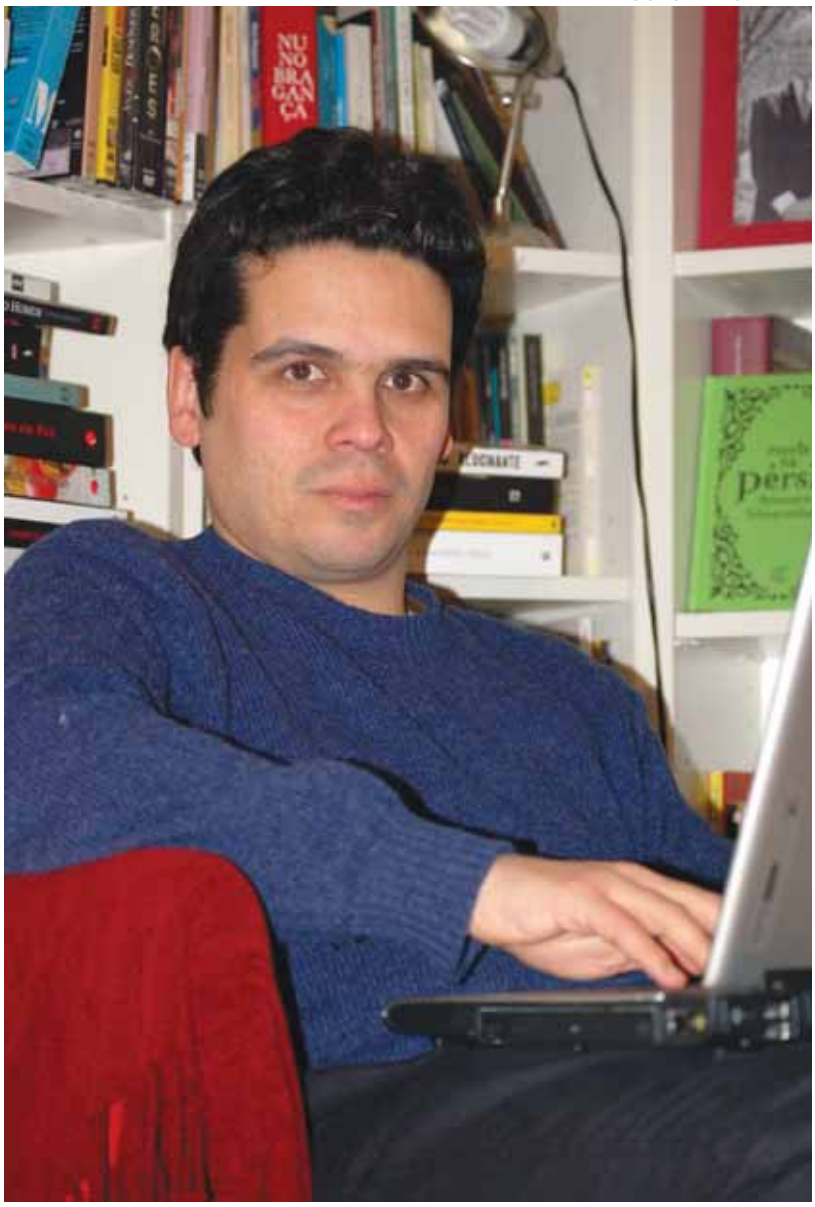
Afinal – e não obstante o registo escolhido pelo jornalista – "um blogue deixa de ser um espaço pessoal a partir do momento em que o seu autor disponibiliza o que escreve para toda a gente ler e, além disso, assina com o nome profissional", afirma Carla Maia de Almeida, sugerindo que, "se o jornalista quer ter direito ao seu espaço pessoal e não for vaidoso, é muito fácil: ou puxa pela criatividade e assina com um pseudónimo, tipo Ben-Hur ou Anaïs Nin, ou restringe o acesso do blogue a quem lhe interessa".

A política é, talvez, o território onde o problema mais se tem levantado, tendo Pedro Mexia descrito uma situação hipotética: "Imagine-se que um jornalista a acompanhar um partido em campanha faz um trabalho rigoroso para o órgão em que trabalha mas, depois, comenta num blogue atitudes ou decisões de pessoas desse partido. Parece-me impossível que não inquine a sua posição como jornalista, sobretudo se escrever de forma muito violenta ou desabrida. Aliás, há jornalistas que, pela tendência política que expressam claramente em blogues, condicionam a leitura das suas peças jornalísticas".

O desporto será outro terreno sensível. "Escrevo num blogue sobre futebol coisas que nunca escreveria num órgão de comunicação social, pelo compromisso, pelo tom e pelo texto", declara João Paulo Meneses. Reconhecendo que, para o público, "é extremamente difícil, senão mesmo impossível", separar os planos, o colaborador do blogue Reis do Ave diz que se exige ponderação ao jornalista, "não vá amanhã ter de falar – profissionalmente – com aqueles contra os quais hoje vociferou"...

"A actividade bloguística de um jornalista que não viole a deontologia profissional deve ser tão livre como a de um arquitecto ou a de um polícia sinaleiro."
José Mário Silva

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA



Carla Maia de Almeida simplifica a regra a seguir: "Tenho o cuidado de não ofender nem caluniar ninguém, no blogue como em casa, como na rua".

Igualmente para evitar constrangimentos, António Granado alerta que "os blogues não devem ser espaço para vinganças pessoais ou publicação de boatos, a não ser que os jornalistas queiram rebentar com a sua credibilidade" e, nesse caso, "os órgãos para os quais trabalham têm de avaliar se querem manter nos seus quadros alguém cuja credibilidade é muito pouca ou nula".

O ex-editor do Publico.pt aconselha a que, antes de publicar um *post*, "o jornalista pergunte a si próprio se está a respeitar o código que rege a profissão" e afirma que, no seu caso, estipula limites. "Sei o que não devo fazer, o que constituiria uma completa deslealdade para com os meus empregadores: publicar informação em primeira mão antes de informar o jornal, insultar pessoas sem qualquer razão, discutir assuntos internos na esfera pública...", exemplifica.

A situação é distinta "se estiver em causa uma notícia que um determinado órgão ignora, como a televisão faz tantas vezes com a cultura", ressalva Pedro Mexia, explicando: "Aí, não vejo porque é que um jornalista não a possa colocar no seu blogue, ainda que a ela tenha acedido pela via profissional, já que não se trata de uma informação prejudicial, capaz de lesar o bom-nome de alguém, mas de uma questão de critério sobre o que é ou não notícia".

José Mário Silva reforça: "A não ser nos casos explícitos em que a escrita na blogosfera é uma continuação ou complemento do trabalho, a actividade bloguística de um jornalista que não viole a deontologia profissional deve ser tão livre como a de um arquitecto ou a de um polícia sinaleiro".

"O Jardim Assombrado não é um prolongamento do meu trabalho, nem eu gostaria que fosse, porque então não seria um espaço de liberdade nem de contentamento", assinala, a propósito, Carla Maia de Almeida, revelando que, como a temática que ali aborda – os livros e a lite-

"Há jornalistas que, pela tendência política que expressam claramente em blogues, condicionam a leitura das suas peças jornalísticas."

Pedro Mexia

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA

ratura para crianças – "é absolutamente residual na imprensa", o feedback tem sido "muito positivo".

JORNALISTAS DESCARTAM PRESSÕES

Quanto à alegada pressão exercida por superiores hierárquicos descontentes com a actividade bloguística dos seus subordinados, há quem conheça casos, mas ninguém os sentiu na pele.

António Granado, cujo Ponto Media tinha o estatuto de blogue convidado do Público, é peremptório: "Nunca tive quaisquer pressões, nem as aceitaria. O que escrevo no blogue é da minha única e exclusiva responsabilidade". Num sentido próximo se pronuncia Carla Maia de Almeida: "Não tive nenhuma sugestão de 'branqueamento' até agora. Se tiver, passo ao lado".

Também Miguel Carvalho, que não criou o seu espaço pessoal no site da Visão – para evitar que se instalasse alguma confusão entre "o trabalho como jornalista e o registo mais intimista do blogue" – assegurou à JJ "desconhecer qualquer caso de pressões", ao contrário de José Mário Silva que, "embora não conhecendo exemplos concretos", sabe da existência de episódios.

A sua experiência é, aliás, distante dessa realidade. Nos jornais e revistas para os quais tem trabalhado nos últimos anos – Diário de Notícias, Time Out Lisboa, Expresso e Ler – não notou descontentamento pela sua presença na blogosfera, antes pelo contrário.

"Os meus superiores hierárquicos conhecem a minha actividade bloguística, que por vezes comentam, e creio que a encaram como uma mais-valia para o meu currículo, uma vez que aborda especificamente o tema a que me tenho dedicado quase em exclusivo: os livros e o mundo da edição", contou, também ele assinalando que estabelece claramente as distinções, no caso "entre o que são textos escritos previamente para uma determinada publicação (sempre referida no final dos *posts*)" e o que são opiniões – "que me comprometem a mim e a mais ninguém". JJ

Dina Soares, jornalista da Renascença

"Um blogue é um espaço de liberdade pessoal que tem de ser respeitado"

Há um ano, no final de uma visita a Cabo Verde, a comitiva do primeiro-ministro reuniu-se com a comunicação social que o acompanhava num restaurante da cidade da Praia. Tendo chegado mais tarde ao local, o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, sentou-se ao lado de José Sócrates, onde antes estava uma jornalista. A descrição do episódio que esta fez num blogue redundou em polémica.

Dina Soares – que assegura ter tido de ceder o lugar ao ministro, o que este nega – colocou, no blogue colectivo Escola de Lavores, um *post* sobre o caso que gerou dezenas de comentários, um dos quais assinado por Rui Pereira.

A entrada "Um chá para Rui Pereira", datada de 15 de Março de 2009 e ilustrada por uma célebre foto de Pinochet mas em que o governante português lhe ocupa a cadeira, relançou a dicotomia jornalismo versus blogosfera, com foco nos jornalistas que ali marcam presença. Dina Soares escamoteia confusões.

"Quem escreve no blogue é sempre o cidadão. Pode dar-se o caso de esse cidadão ser jornalista, ou médico, ou engenheiro", declarou à JJ, assinalando que "nos blogues, as pessoas escrevem, normalmente, sobre as suas experiências pessoais e, se se tratar de um jornalista, é natural que os temas jornalísticos surjam", já que a profissão "é parte integrante" do seu quotidiano.

O blogue é, pois, um espaço de livre exercício da cidadania e o jornalista "não deve deixar que esse direito lhe seja negado", sublinhou.

"Não admito que se restrinja o direito do jornalista, enquanto cidadão, à opinião e à livre expressão. Um blogue é um espaço de liberdade pessoal que tem de ser respeitado. Se quem o usa começa a questioná-lo, abre a porta à censura de quem, em regra, não gosta de espaços de liberdade e encontra sempre pretextos para os criticar e limitar. Se existirem abusos, existem também os meios legais para corrigir a situação e punir quem abusou", esclareceu a jornalista da Rádio Renascença.

Assegurando que a presença na blogosfera nunca lhe valeu "pressões de tipo nenhum, nem vindas de nenhum lado", Dina Soares afirmou, contudo, conhecer "jornalistas que já foram chamados à atenção pelos órgãos de comunicação social onde trabalham relativamente a opiniões que expressam nos seus blogues". "Alguns deixaram pura e simplesmente de escrever", complementou.

Quanto à possibilidade de o público e as fontes poderem não distinguir a pessoa do profissional, Dina Soares é da opinião que "o público dificilmente estabelece essa relação, pois os blogues não são assim tão populares" e, no que toca às fontes, "não têm o direito de o fazer, tal como os jornalistas não têm o direito de invadir a esfera pessoal" daquelas.

O órgão de comunicação onde o jornalista trabalha está, portanto, "completamente fora deste cenário", reiterou, sustentando que, assim sendo, não faz sentido pensar que o que ali se coloca pode ser visto como um conteúdo noticioso.

"Se quando alguém lê um blogue de médicos não confunde os *posts* com diagnósticos, também não se pode confundir os *posts* de um blogue escrito por um cidadão que é, ao mesmo tempo, jornalista, com uma notícia", até porque esta "tem, obrigatoriamente, de se caracterizar pela actualidade e pelo interesse geral e o que se 'publica' num blogue dificilmente obedece a esses critérios", concluiu. JJ

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA

"Não admito que se restrinja o direito do jornalista, enquanto cidadão, à opinião e à livre expressão."

ESCOLA DE LAVORES

Um chá para Rui Pereira

"Conheço jornalistas que já foram chamados à atenção pelos órgãos de comunicação social onde trabalham relativamente a opiniões que expressam nos seus blogues."

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA

José Alberto Carvalho, director de informação da RTP

"Apliquei à realidade dos blogues, do Twitter e do Facebook recomendações do código ético e deontológico"

O director de informação do serviço público de televisão enviou à redacção, em Novembro, um e-mail sugerindo regras de conduta a observar na blogosfera e nas redes sociais. A síntese da mensagem – "Nunca escrever nada online que não possa dizer numa peça da RTP" – torna inevitável a pergunta: em que medida o jornalismo limita a liberdade individual de quem o exerce?

"Não me parece razoável que um jornalista disponibilize factos no seu blogue antes de os disponibilizar às chefias da sua redacção."

"Um cidadão não-jornalista pode dizer o que quiser online, porque não tem de manter boas relações com as fontes, de procurar informação idónea, de cruzar essa informação..."

Jornalismo & Jornalistas – Um blogue é um espaço pessoal, ainda que de acesso público. Assim sendo, mesmo que o blogger seja jornalista, não deverá ser ali visto como um mero cidadão? Ou o público não distingue a pessoa do profissional?

José Alberto Carvalho – Um jornalista nunca é um mero cidadão. E julgo que isso não é desprestigiante, pelo contrário, é a assumpção do papel de responsabilidade que os jornalistas devem ter na sociedade.

Um jornalista não o é das nove da manhã às cinco da tarde e depois passa a ser outra coisa qualquer – se houver algum que seja assim, não me parece grande jornalista. A mim ensinaram-me – e eu acredito convictamente – que nós nunca despimos a farda. Aliás, isto nem é uma farda. A nossa curiosidade e interpelação sobre as coisas é permanente, não tem horário.

De resto, o código ético e deontológico da profissão não prevê, em nenhuma circunstância, nem admite essa leitura, que uma pessoa seja jornalista numas horas e noutras não.

JJ – Mas, com isso, não há um risco real de anulação da vertente pessoal do jornalista?

JAC – É óbvio que um jornalista tem direito à sua esfera privada e à sua esfera pessoal. Onde eu acho que essa liberdade deve parar é nos assuntos que podem conflituar com a actividade profissional da empresa para a qual trabalha. Por exemplo, não me parece razoável que um jornalista disponibilize factos no seu blogue antes de os disponibilizar às chefias da sua redacção. Porque, se é para fazer jornalismo por conta própria, não precisa de ter uma relação laboral.

Acho também absolutamente injustificável que um jornalista esteja a fazer a cobertura de um determinado acontecimento – em relação ao qual é exigível que mantenha uma posição de distanciamento e equidistância, objectividade e imparcialidade, etc. – e depois assuma posições radicais a favor de uma das partes no seu blogue.

JJ – Porque isso mina a sua isenção e pode vincular o meio onde exerce?

JAC – Porque isso destrói a sua credibilidade, ameaça a sua respeitabilidade e fragiliza quer a sua posição enquanto jornalista e o jornalismo no seu todo, quer o papel e a imagem do órgão para o qual trabalha.

É preciso ver que, quando um jornalista se identifica, se cria uma associação entre o seu nome e a actividade que exerce. Porque não usa um heterónimo? Aí já pode escrever o que quiser, desde que não divulgue informações obtidas no âmbito da profissão.

JJ – Confronta-se, então, a velha questão dos limites à liberdade de expressão com os novos suportes...

JAC – A velha máxima "a minha liberdade acaba onde começa a dos outros" continua válida.

Os jornalistas que escrevem artigos de opinião na imprensa geralmente não escrevem tudo o que lhes apetece, embora saibam que têm liberdade para isso naquele espaço. E não o fazem porque há regras e fronteiras que convém observar.

O problema aqui é de cariz tecnológico: é a falsa sensação de liberdade absoluta que estes novos meios proporcionam. Pode parecer que não se está tão exposto, mas isso é ilusório, pois quem escreve num blogue está a divulgar a sua opinião a um público indistinto e que não controla. Tal como num jornal. Mas, então, porque não observar as mesmas regras de conduta?

Um cidadão não-jornalista pode dizer o que quiser *online* (embora se sujeite às consequências legais), porque não tem de manter boas relações com as fontes, de procurar informação idónea, de cruzar essa informação... Já um jornalista não pode dar seguimento a boatos e rumores, deve verificá-los, mesmo em artigos de opinião. Porque – reitero – há uma responsabilidade social acrescida na nossa profissão. Os jornalistas têm um contrato com o público e a Internet não é um espaço sem regras.

Eu apenas apliquei à realidade dos blogues, do Twitter e do Facebook, etc., recomendações do código ético e deontológico.

CREDIBILIDADE POSTA EM CAUSA

JJ – Será, pois, preferível que um jornalista se abstenha de escrever em blogues e redes sociais sobre temas que acompanha para o órgão onde trabalha.

JAC – É uma questão de bom senso. Se um jornalista está a fazer a cobertura de um determinado assunto, não deve assumir posições. Nas histórias jornalísticas há sempre duas partes, pelo menos, e se o jornalista tem de atender aos interesses das partes envolvidas, parece-me insensato que, no seu blogue, tome partido por uma delas.

É imaginarmos a situação de um jornalista conhecido que é militante de um determinado partido... Quando ele vai entrevistar alguém do partido adversário, como será que essa fonte e o público o vão encarar? Terá ele a mesma credibilidade que um jornalista cuja inclinação partidária se desconheça? Parece-me que não.

JJ – O que suscitou o envio das suas recomendações? A percepção de que o uso das novas ferramentas podia levantar problemas ético-deontológicos ou a ocorrência de situações concretas?

JAC – Na RTP aconteceram vários casos consecutivos num curto período, o que me fez pensar que as coisas estavam a enveredar por um caminho perigosíssimo.

Num deles, um jornalista que seguia uma história que tinha várias partes com interesses atendíveis, publicou uma opinião radical a favor de uma das partes.

Perante isso, pareceu-me óbvio que não podia continuar a acompanhar o assunto, porque nem a outra parte olhava para ele com a confiança com que necessita de olhar um jornalista, nem o público que tenha tido contacto com os seus escritos pessoais o veria da mesma maneira. Portanto, qualquer informação sobre o caso veiculada por ele passou a estar inquinada, em vez de ser isenta e independente.

Ora, não me parece bem que uma empresa com a qual o jornalista tem um contrato laboral se veja obrigada a alterar a estrutura interna da redacção só porque ele resolveu escrever no seu blogue algo que não devia, não podendo, por isso, continuar a fazer a cobertura do tema e tendo de ser substituído por outro. Se viermos a ter de multiplicar isto por dois, três, quatro, cinco, dez, teremos um grande problema.

Além disso, não posso correr o risco de, dentro em breve, ter de passar os dias a patrulhar a Internet.

JJ – E como teve conhecimento desses casos?

JAC – Se há queixas dos espectadores ou de uma fonte que se sentiu incomodada com a forma de tratamento de determinado jornalista e, após pesquisar na Net, concluiu que ele talvez não fosse isento em relação à matéria, não posso ignorar a informação.

Por isso, a minha sugestão foi: "Não digam nada que não possam dizer em antena". Se os jornalistas seguirem esta regra, parece-me que estão defendidos. De outra forma, coloca-se a questão: "Por que é que os jornalistas dizem determinadas coisas nos blogues que não dizem em antena? Há censura na RTP?". Algumas pessoas insinuaram isto, de uma forma sub-reptícia, o que é subverter completamente a questão.

LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA

"Na RTP aconteceram vários casos consecutivos num curto período, o que me fez pensar que as coisas estavam a enveredar por um caminho perigosíssimo."

NA PRÓXIMA EDIÇÃO DA JJ

Conclusão do Tema "Os media e a blogosfera"

NOVE MANDAMENTOS PARA OS MEDIA SOCIAIS

Baseando-se em recomendações da BBC, The Washington Post e The New York Times, José Alberto Carvalho avançou nove indicações que geraram uma instantânea controvérsia, à qual o director de informação da RTP reage: "Acho que fui o primeiro jornalista em Portugal a incentivar o uso destas novas ferramentas, pelo que até é irónico que se faça agora a leitura contrária".

"Quem quiser olhar para o meu texto e encontrar malícia, paciência. Não foi essa a intenção. Ele é apenas um sinal de alerta sobre a forma como se utiliza a tecnologia e acredito que o debate se coloque em todas as redacções, ainda que não seja explícito ou não queiram assumi-lo", afirmou o responsável da estação pública, para quem "o bruá que se levantou só mostra a profunda anarquia em que mergulhámos".

José Alberto Carvalho disponibilizou à JJ a versão integral do e-mail enviado à redacção, onde constam as nove recomendações que abaixo reproduzimos.

1) Nada do que fazemos no Twitter, Facebook ou blogues (seja em posts originais ou em comentários a posts de outrem) deve colocar em causa a imparcialidade que nos é devida e reconhecida enquanto jornalistas.

2) Os jornalistas da RTP devem abster-se de escrever, "twitar" ou "postar" qualquer elemento – incluindo vídeos, fotos ou som – que possa ser entendido como demonstrando preconceito político, racista, sexual, religioso ou outro. Essa percepção pode diminuir a nossa credibilidade jornalística. Devem igualmente abster-se de qualquer comportamento que possa ser entendido como antiético, não-profissional ou que, por alguma razão, levante interrogações sobre a credibilidade e seriedade do seu trabalho.

3) Ter em conta que aquilo que cada jornalista escreve, ou os grupos e "amigos" a que se associa, podem ser utilizados para beliscar a sua credibilidade profissional. Seguindo a recomendação do NYTimes, por exemplo, os jornalistas deverão deixar em branco a secção do perfil de Facebook ou outros equivalentes, sobre as preferências políticas dos utilizadores.

4) Uma regra de base deve ser "Nunca escrever nada online que não possa dizer numa peça da RTP".

5) Ter particular atenção aos "amigos" (friends) do Facebook e ponderar que também através deste dado, se pode inferir sobre a imparcialidade ou não de um jornalista sobre determinadas áreas.

6) Enunciar, de forma clara, no Facebook e/ou nos blogues pessoais que as opiniões expressas são de natureza estritamente pessoal e não representam nem comprometem a RTP.

7) Meditar sobre o facto de 140 caracteres de um tweet poderem ser entendidos de forma mais deficiente (e geralmente é isso que acontece!) do que um texto de várias páginas, o que dificulta a exacta explicação daquilo que cada um pretende verdadeiramente dizer.

8) Não publicar no Twitter ou em qualquer plataforma electrónica documentos ou factos que possam indiciar tratamento preferencial por parte de alguma fonte ou indiciem posição preconceituosa ou discriminatória sobre alguém ou alguma entidade.

9) Ter presente que todos os dados eventualmente relevantes para fins jornalísticos devem ser colocados à consideração da estrutura editorial da RTP, empresa de media para a qual trabalham.

Da «qualidade» ao «popular»

30

Os jornais, "populares" ou de "qualidade", elementos essenciais na comunicação dos a para o público em geral, alertando, question a

anos de Ambiente na Imprensa portuguesa

, permanecem como
assuntos ambientais,
ando e informando.

Texto Rui Brito Fonseca

1. Ciência, tecnologia, ambiente e imprensa

Nas sociedades contemporâneas, a ciência e tecnologia estão presentes em quase todas as dimensões do nosso quotidiano. São raros os momentos do nosso dia-a-dia em que não interagimos com objectos, resultantes do trabalho da investigação científica e tecnológica. Também o nosso futuro se encontra já condicionado pela nossa relação com estes objectos e com os seus desenvolvimentos futuros. O que somos resulta também da nossa relação com a ciência e a tecnologia. Se noutras dimensões da nossa vida quotidiana esta relação pode não ser totalmente perceptível e clara, no que concerne ao ambiente esta é bastante nítida e esmagadora.

Os meios de comunicação social são, por excelência, os veículos da informação da esfera científica para a sociedade. Todos nós já vimos, ouvimos e lemos notícias sobre assuntos de ambiente, como: novas tecnologias de limpeza das águas, novos mecanismos de controlo da poluição atmosférica ou as polémicas em torno dos transgénicos. Contudo, nem sempre os jornalistas conseguem transmitir aos seus públicos, de forma clara, os progressos da ciência e da tecnologia, assim como nem sempre os cientistas conseguem transmitir, da melhor forma, essa informação aos jornalistas. Neste processo podem ocorrer perdas de informação e diferentes leituras, conduzindo a algumas dificuldades na transmissão dos conteúdos científicos e tecnológicos.

É neste panorama, em que a complexidade das representações da ciência e da tecnologia é crescente, que a sociedade interroga-se sobre os processos que presidem à produção científica e tecnológica.

Fruto destas interrogações e do crescente desenvolvimento da ciência e da tecnologia, cimentou-se o desenvol-

vimento dos estudos sobre as relações entre a sociedade e a ciência e a tecnologia, com especial relevância após a II Guerra Mundial, nomeadamente, a partir de meados da década de 1980 (Royal Society of London, 1985).

É neste contexto que este artigo pretende lançar alguma luz sobre a ciência e a tecnologia presentes nos média portugueses, em particular, os artigos sobre ambiente relacionados com ciência e tecnologia na imprensa portuguesa, contribuindo para um maior conhecimento das mutações de padrão e de conteúdo da sua cobertura.

A análise que aqui se apresenta centrou-se na imprensa escrita seguindo a tradição científica que toma como pressuposto que esta é, de algum modo, representativa e informadora dos restantes média, no que respeita a artigos sobre ciência e tecnologia (Hansen e Dickinson, 1992).

2. Tensões e conflitos na comunicação de ciência

Na correcta compreensão da actividade científica – quer pelo corpo científico em geral, quer pelo resto da sociedade –, a comunicação de ciência possui um papel central, dado que permite aos cidadãos tomar contacto com informação relativa ao trabalho em desenvolvimento pelos cientistas. No que concerne às questões ambientais, dada a especificidade e polémica de muitos dos assuntos com elas relacionados, o papel da comunicação tem sido determinante[1]. Todavia esta *popular science,* sendo um produto identificável e distribuído por diversos canais de comunicação, não pode ser referenciada como um espelho da actividade científica, pois os autores, editores e produtores dos periódicos moldam os eventos com referências científicas e tecnológicas (Neidhardt, 1993; Hansen, 1994). Torna-se por isso importante, a análise das opiniões e atitudes perante a ciência, veiculadas pelos média que alimentam o imaginário popular (Moscovici, 1992).

Relativamente aos critérios adoptados pelos média na selecção das notícias que publicam, Shoemaker e Reese (1991) afirmam que os órgãos de comunicação social seleccionam as notícias com base num conjunto limitado de critérios como: a proeminência ou importância do assunto, o interesse humano, a actualidade, a invulgaridade, a controvérsia ou ser um assunto próximo do público-alvo. Por outro lado, Liebler e Bendix (1997) chamam a atenção para outro tipo de critérios menos observáveis, decorrentes da própria actividade jornalística, como: os prazos restritos, a imprevisibilidade dos acontecimentos, a capacidade da organização em se adaptar aos limites de tempo e espaço e as rotinas jornalísticas.

Devido ao carácter veloz e efémero da actividade jornalística, por vezes, os jornalistas apoiam as suas peças em abordagens predefinidas que forneçam informações sobre as quais eles possam alicerçar as suas histórias, bem como, em ideias fornecidas por outros jornais ou agências de informação (Gans, 1979; Breed, 1980).

Actualmente, as modernas organizações de comunicação social, nomeadamente os jornais, olham para as questões de ciência e tecnologia como um "nicho" de mercado que compete, com outros assuntos, pelo pouco tempo/espaço relativo disponível. Considerando a sua especificidade, o tratamento informativo dos seus conteúdos é afectado, essencialmente, por factores como: a dimensão do órgão de comunicação social, a natureza desse órgão, os próprios conteúdos e o modo como os investigadores comunicam com os jornalistas.

É também de salientar que, por vezes, a comunicação destes assuntos entre os representantes da comunidade científica e os jornalistas não ocorre do modo mais efectivo. Apesar de muitas organizações de investigação já possuírem técnicos especializados em comunicar com os jornalistas, continuam a existir lacunas na forma como as informações são veiculadas. Assim, muita informação sobre questões de ciência e tecnologia que poderia chegar a vastas audiências, por vezes, acaba por ser incorrectamente transmitida ou não ser de todo transmitida aos públicos.

Aparentemente os cientistas e os jornalistas possuem perspectivas divergentes sobre o real (no que concerne a valores, interesses, objectivos, rotinas, modos de acção, etc.) conduzindo, às vezes, a mútuos desentendimentos e a leituras erradas que tornam difícil o seu relacionamento. Também nos valores centrais que orientam a execução das suas actividades profissionais, parece existir alguma incompatibilidade. O trabalho científico, tem como valor central a sua objectividade, nomeadamente, no que respeita à necessidade de realização de testes que permitam avaliar a falsificabilidade das hipóteses e a sua replicação. Inversamente, a actividade jornalística, rege-se por alguma subjectividade. No lugar do recurso a uma rigorosa noção de objectividade, alguns jornalistas optam pelo conceito de justiça, adoptando nas suas peças a expressão de pontos de vista pessoais sobre as questões que abordam. As interpretações e avaliações que os jornalistas transmitem sobre desenvolvimentos científicos são, por vezes, sujeitas à subjectividade do seu ponto de vista, não discernindo os pro-

gressos científicos escrutinados pelos pares, daqueles que o não são.

As responsabilidades de cada um destes grupos, perante os seus empregadores, pares e audiências são díspares, o que pode ser gerador de conflitualidade entre ambos. Os objectivos prioritários dos cientistas são a objectividade científica, o consenso dos pares, a disseminação de resultados, a educação dos cidadãos e o apoio público ao seu trabalho. Para os jornalistas, o essencial é obter notícias, informar, entreter, ter uma boa história, ganhar a admiração e o apoio dos colegas e ser o primeiro a contar a novidade e a conseguir atrair as atenções das audiências. Estes, dado o carácter restrito dos prazos que possuem e a necessidade de construir peças que sejam aceites pelo seu editor, por vezes, não aprofundam as questões científicas com a precisão desejada.

Um outro exemplo desta relação conflituosa prende-se com o modo de comunicar as informações, respeitantes a questões de ciência. Os jornalistas e editores, para tornarem o assunto mais apetecível à generalidade dos leitores, por vezes, enfatizam alguns pormenores, distorcendo o essencial da informação, tornando-a sensacionalista (Gorney, 1992).

Apesar do espaço disponibilizado pelos média a assuntos de ciência e tecnologia, seja em geral pequeno, quando comparado com outras temáticas, os especialistas em comunicação desde longa data que lhe têm dedicado uma atenção especial (Cronholm e Sandell, 1981). De acordo com estes, a importância da ciência e da tecnologia é superior àquela que pode ser percebida pela atenção que a generalidade dos média lhes concede, influenciando e modificando significativamente a nossa vida quotidiana.

3. O ambiente na imprensa portuguesa: alguns resultados

A partir de um conceito alargado de ciência e tecnologia, que inclui as ciências exactas, as ciências naturais, as ciências da saúde, as ciências da engenharia e tecnologia, as ciências sociais e humanas e outras, efectuou-se uma pesquisa de artigos de imprensa sobre o ambiente relacionados com ciência e tecnologia cobrindo, por esta via, as mais variadas dimensões científicas, em torno do ambiente.

Efectuou-se uma recolha das peças jornalísticas publicadas nos periódicos diários, pagos e de circulação nacional, em particular, nos jornais "Diário de Notícias", "Público", "A Capital" e "24 Horas", para o período entre 1976 e 2005. A escolha deste período temporal prendeu-se com a necessidade de estudar o modo como se desenvolveu, a presença do ambiente como ciência e tecnologia na imprensa escrita portuguesa, desde o ano da estabilização da democracia portuguesa, cujo acto fundador foi a aprovação em 1976 da Constituição da República Portuguesa, até ao ano da eleição do último governo em funções no país.

Ainda que o número de itens analisado tenha sido mais vasto, dada a natureza desta publicação apresentam-se apenas resultados relativos a 3 variáveis: tema, *newsplay* e discurso do risco e do benefício.

Os periódicos seleccionados são jornais diários, pagos e de grande circulação nacional amplamente lidos pela população portuguesa, e enquadram-se na definição de média dominante, no sentido em que Correia (2006) refere, isto é, enquanto média que independentemente do seu carácter de "qualidade" ou "popular", marca a agenda política e social. Estes, ainda segundo o mesmo autor são média que nos critérios de selecção e tratamento da informação são seguidos pelos restantes média, numa perspectiva de possuir maiores audiências, reproduzindo as opiniões, estilos e conteúdos dos primeiros.

Ainda que os média sejam uma realidade múltipla e nem sempre facilmente classificável em categorias com fronteiras claramente definidas, optou-se por escolher periódicos que, de algum modo, se enquadrassem no que Correia (2006) define como sendo um jornal "popular" e um jornal de "qualidade". O jornal "popular" veicula uma informação mais ligeira, não aprofundando muito os seus conteúdos e tratando a informação de modo mais sensacionalista, dirigindo-se a públicos menos instruídos e com menores padrões de exigência. O jornal de "qualidade" possui um espectro informativo mais amplo. A sua informação é apresentada de modo mais trabalhado e sóbrio, mormente a de cariz político e económico e dirige-se, essencialmente, às elites dirigentes e culturais.

Contudo, as diferenças entre jornais de "qualidade" e "populares" são cada vez menos perceptíveis, devido à necessidade de atingir públicos mais vastos. A concorrência actualmente existente entre os jornais faz com que, não poucas vezes, os jornais de "qualidade" adoptem manchetes típicas dos jornais "populares", que se debrucem sobre temáticas típicas da imprensa social ou que cheguem a citar a imprensa "popular" como fonte de notícias. Ainda assim, este modelo dual da imprensa escrita continua a fazer todo o sentido, pois apesar de por vezes a imprensa de "qualidade" se imiscuir nas temáticas e formatos da imprensa "popular", continua a possuir um modelo predominantemente diferente. Os jornais "Diário de

Notícias" e "Público" enquadram-se no modelo de jornal de "qualidade", ao passo que os jornais "A Capital" e "24 Horas" enquadram-se, no modelo de jornal "popular" acima referido.

No caso dos jornais de "qualidade" analisou-se, entre 1976 e 1989 o jornal "Diário de Notícias" e, entre 1990 e 2005, o jornal "Público". Esta substituição de periódico no final de 1989, prendeu-se com a quebra da circulação média por edição do jornal "Diário de Notícias" e com a posição de maior relevância assumida pelo jornal "Público", a partir dessa data.

Entre os jornais "populares", foi necessário proceder também a uma operação de substituição de jornais similar. Assim, entre 1976 e 1999, analisou-se o jornal "A Capital" e, entre 2000 e 2005, analisou-se o jornal "24 Horas". Neste caso, a substituição de periódico no final de 1999, prendeu-se com a acentuada quebra na circulação média por edição e consequente encerramento do jornal "A Capital", e à relevância assumida pelo recém-criado jornal "24 Horas".

3.1. DADOS GERAIS

A amostra final de artigos sobre ciência e tecnologia relacionados com ambiente foi de 388 artigos. Destes, identificaram-se 253 nos jornais de "qualidade"e 135 nos jornais "populares", acentuando a maior atenção dada pelos jornais de "qualidade" aos assuntos sobre ambiente.

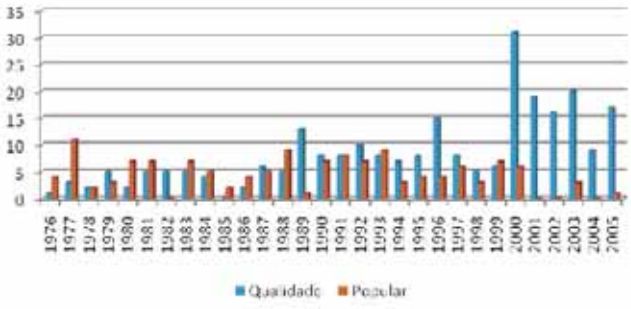
Durante a primeira década, observou-se que os periódicos "populares" publicaram, assinalavelmente, mais artigos sobre esta temática que os periódicos de "qualidade". Esta primeira década evidenciou a difícil situação política nacional, onde as questões ambientais relacionadas com a ciência e a tecnologia tinham um papel secundário, relativamente a temas como a política.

Foi a partir de 1986 que se começou a verificar uma maior atenção dos periódicos, para as questões ambientais. No caso dos jornais de "qualidade", esta maior atenção foi ainda mais notória.

Esta foi uma década marcada pela estabilidade política e pela entrada de Portugal na União Europeia. Ocorreram mudanças organizacionais profundas no país, no sentido de adaptá-lo aos desafios da integração europeia. Com a entrada em Portugal de fundos comunitários, a situação científica e tecnológica nacional ganhou outro dinamismo, mormente, aquela relacionada com o ambiente. A crescente internacionalização do país e as novas obrigações decorrentes da adesão de Portugal à União Europeia, obrigaram a grandes investimentos na área ambiental.

Também foi neste período que decorreram importantes reuniões internacionais sobre questões ambientais, das quais se destacam: o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias Nefastas para a Camada de Ozono (em 1987), a 3ª Conferência do Mar do Norte (em 1990), a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (em 1992) ou a Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (em 1994). Foi ainda durante este período, de grandes discussões sobre as problemáticas ambientais que a obra de Al Gore *A Terra à procura de equilíbrio: ecologia e espírito humano – Um manifesto ecologista* (1993) veio fazer um ponto de situação do ambiente no planeta, lançando as sementes de discussão que resultariam anos depois no livro e documentário, centrados no aquecimento global, *Uma verdade inconveniente* (2006).

Figura 1
Distribuição dos artigos sobre ambiente, por tipo de periódico e anos



A partir de 1996, o número de artigos sobre questões ambientais cresceu significativamente, atingindo o seu pico em 2000. Este crescimento do número de artigos sobre ambiente resultou, em grande medida, do aumento do número de artigos publicados nos jornais de "qualidade". Inversamente, os jornais "populares", marcados pelo desaparecimento do *A Capital*, diminuíram fortemente o espaço dedicado a esta temática. O jornal *24 Horas*, praticamente não se debruçou sobre as questões ambientais, entre 2000 e 2005.

Foi um período politicamente marcado pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, que veio alterar o panorama científico do país, o que se reflectiu também nas questões ambientais.

No que concerne especificamente ao ambiente, logo em 1997 teve lugar o Protocolo de Quioto. Em 2000, foi assinado o Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança e, em 2001, teve lugar a Convenção de Estocolmo sobre

Poluentes Orgânicos Persistentes. Estas iniciativas políticas colocaram, cada vez mais, o ambiente no centro das agendas internacionais.

3.2. A AGENDA: GRANDES TEMAS

Olhando para o conjunto dos diferentes jornais analisados, o período 1976-1985 foi claramente marcado pela questão energética. O choque petrolífero ainda estava muito presente na memória dos cidadãos, tendo os periódicos dado exponencial destaque à discussão em torno das energias alternativas e da energia nuclear, como soluções para a problemática energética. Por outro lado, muitos artigos questionavam os impactos e riscos ambientais de algumas dessas soluções energéticas, nomeadamente, em torno da energia nuclear.

Foi também neste período que as questões da biodiversidade, da exploração dos mares e das orlas costeiras, dos recursos pesqueiros e dos derrames oceânicos, assumiram alguma relevância. A partir de 1980, as alterações climáticas e o aquecimento global, também começaram a ser temáticas com crescente importância.

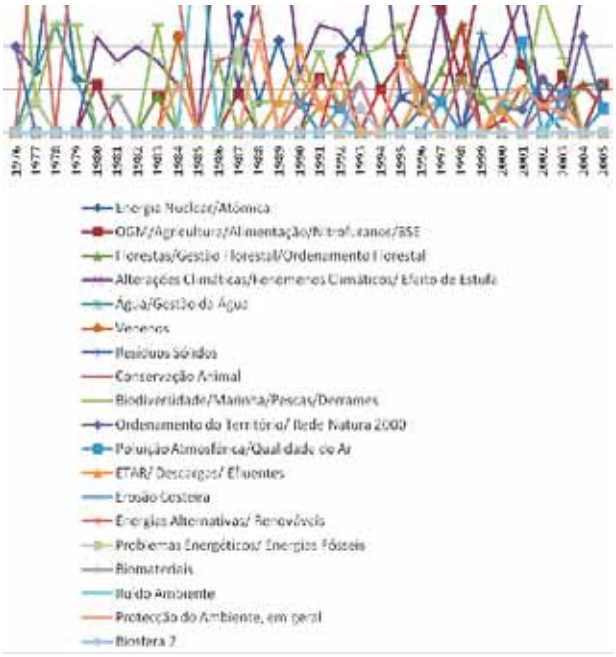
Entre 1986 e 1995, foram as alterações climáticas, os fenómenos climáticos e o efeito de estufa que assumiram maior destaque. As questões energéticas (energia nuclear e energias alternativas) continuaram a merecer o destaque dos editores dos jornais, ainda que com menor expressão que no período anterior.

No último período, as questões em torno da alimentação, OGM, agricultura, nitrofuranos e BSE dominaram o panorama, nomeadamente, até ao ano 2000. A partir daí, as alterações climáticas, fenómenos climáticos e efeito de estufa, a par da biodiversidade, da exploração dos mares e das orlas costeiras, dos recursos pesqueiros e dos derrames oceânicos, tornam-se os temas com maior presença nas páginas destes jornais. Antevia-se já a importância das discussões em torno das alterações climáticas, que culminaram nas iniciativas desenvolvidas por Al Gore, já referidas.

Foi também neste período que as polémicas em torno do tratamento dos resíduos sólidos, da poluição atmosférica e qualidade do ar, "povoaram" significativamente o espaço mediático da imprensa.

Figura 2

Distribuição dos artigos sobre ambiente, por grandes temas e anos



3.2.1. JORNAIS DE "QUALIDADE"

Relativamente aos periódicos de "qualidade", entre 1976 e 1985, foi a questão energética que dominou as suas páginas. Também a biodiversidade, a exploração dos mares e das orlas costeiras, os recursos pesqueiros e os derrames oceânicos, a par das alterações climáticas, fenómenos climáticos e efeito de estufa, foram temáticas em destaque.

Da entrada de Portugal na União Europeia até 1995, as alterações climáticas, fenómenos climáticos e efeito de estufa, a par da biodiversidade, da exploração dos mares e das orlas costeiras, dos recursos pesqueiros e dos derrames oceânicos, foram temas dominantes. Para além disso as questões energéticas, também mereceram o destaque nos jornais de "qualidade".

Entre 1996 e 2005, as questões alimentares, agrícolas, dos OGM, nitrofuranos e BSE, mereceram lugar de destaque, assim como, as alterações climáticas, os fenómenos climáticos e o efeito de estufa. As questões da biodiversidade, da exploração dos mares e das orlas costeiras, dos recursos pesqueiros e dos derrames oceânicos, foram também relevantes neste período. A partir de 2000, os artigos sobre o ordenamento do território e a Rede Natura 2000, começam a ganhar alguma relevância.

Figura 3
Distribuição dos artigos sobre ambiente nos periódicos de "qualidade", por grandes temas e anos

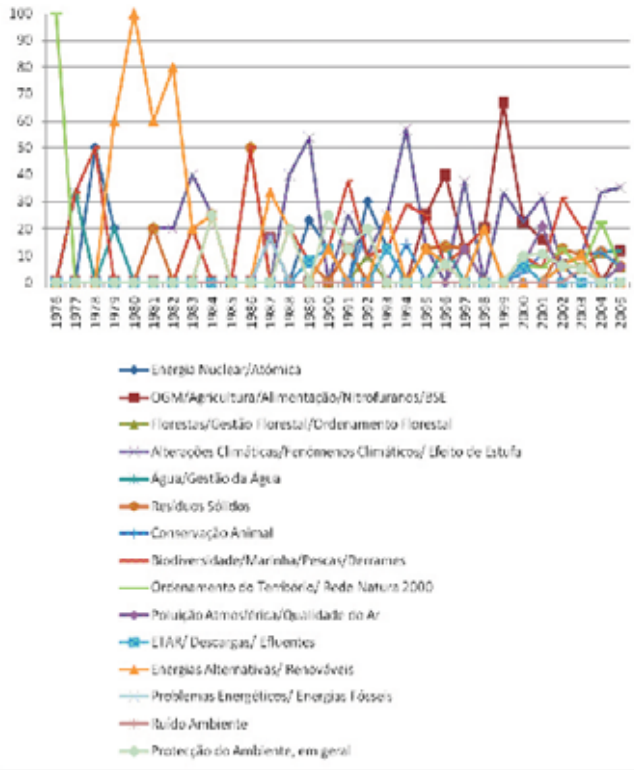
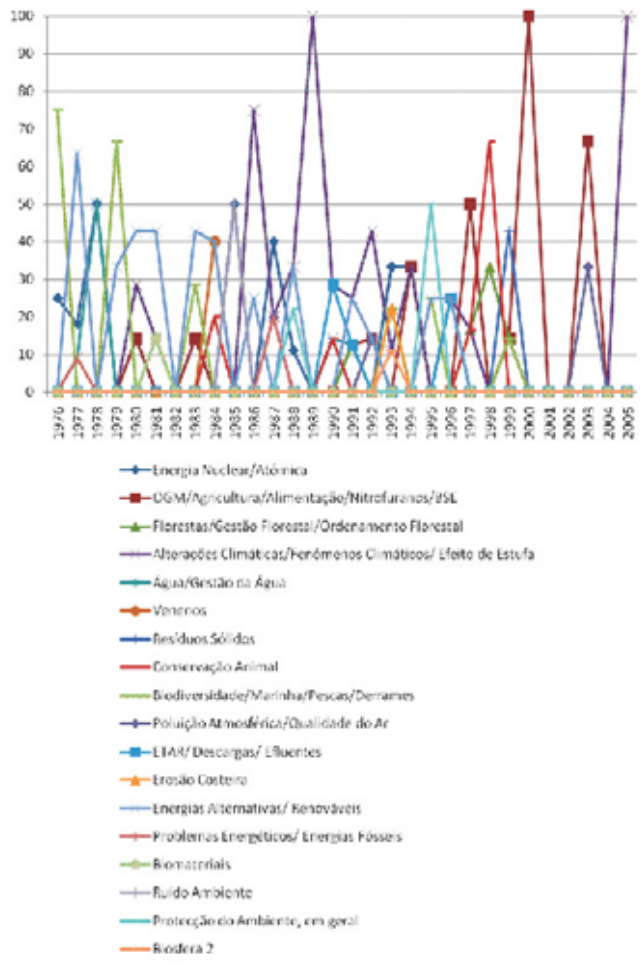


Figura 4
Distribuição dos artigos sobre ambiente nos periódicos de "populares", por grandes temas e anos



3.2.2. JORNAIS "POPULARES"

Quanto aos periódicos "populares", entre 1976 e 1985, também foi a questão energética que dominou as suas páginas. A biodiversidade, a exploração dos mares e das orlas costeiras, os recursos pesqueiros e os derrames oceânicos, a par das alterações climáticas, fenómenos climáticos e efeito de estufa, foram as temáticas mais abordadas. Entre 1986 e 1995, as alterações climáticas, fenómenos climáticos e efeito de estufa, a par das energias alternativas, foram os temas dominantes.

No terceiro período, as questões alimentares, agrícolas, dos OGM, nitrofuranos e BSE, mereceram lugar de destaque, assim como, as alterações climáticas, os fenómenos climáticos e o efeito de estufa. A conservação animal também adquiriu relevância significativa.

De um modo geral, não se identificaram diferenças significativas entre as temáticas ambientais abordadas, nos periódicos de "qualidade" e "populares".

3.3. NEWSPLAY

Os artigos sobre ambiente, fruto da complexidade e incerteza dos assuntos que abordam, são muitas vezes alvo de um alegado sensacionalismo. Como forma de atribuir maior importância e destaque a uns artigos em relação a outros, os editores utilizam diversas técnicas com o objectivo de captar a atenção do leitor para determinados artigos. O *Budd score* (Budd, 1964) estabelece uma medida de avaliação desse *newsplay*, permitindo compreender o destaque atribuído a determinado artigo: quanto mais elevado o *newsplay*, maior o destaque.

Figura 5
Distribuição dos artigos sobre ambiente, por newsplay e anos

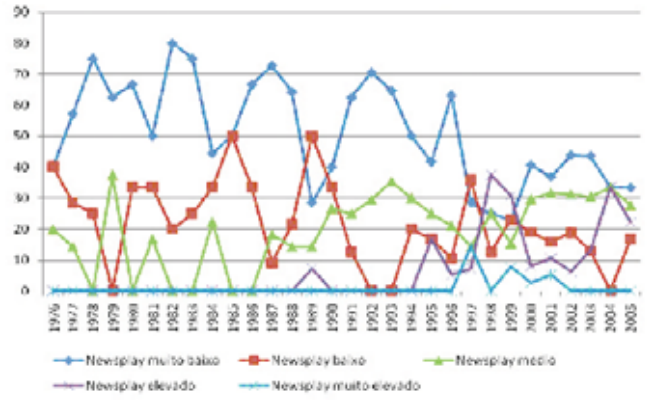
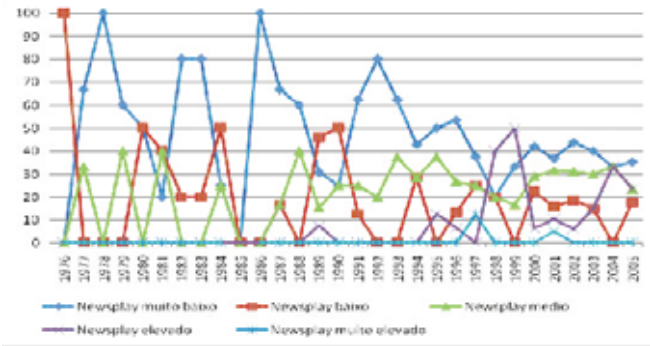


Figura 6
Distribuição dos artigos sobre ambiente nos periódicos de "qualidade", por newsplay e anos



No conjunto dos jornais, verificou-se que a maioria dos artigos possuía um *newsplay* muito baixo. Ao longo dos 30 anos este *newsplay* muito baixo vai gradualmente perdendo importância.

Entre 1976 e 1985 verificou-se que, no essencial, o destaque dado aos artigos sobre ambiente foi baixo, apenas havendo alguns anos em que o *newsplay* médio teve um peso significativo. Entre 1986 e 1995, cresceu o destaque dado aos artigos sobre ambiente, com um crescimento significativo do *newsplay* médio e do *newsplay* elevado. Todavia, foi a partir de 1995, sobretudo na primeira metade desta década, que estes periódicos começaram a dar um destaque mais significativo aos artigos sobre ambiente.

3.3.1. JORNAIS DE "QUALIDADE"

Entre os periódicos de "qualidade", verificou-se também que a maioria dos artigos possuía um *newsplay* muito baixo. Ao longo dos 30 anos este *newsplay* muito baixo foi gradualmente diminuindo.

Na primeira década, observou-se que estes periódicos davam algum destaque às questões de ambiente nas suas páginas, dado a relevância atingida pelos artigos com *newsplay* médio.

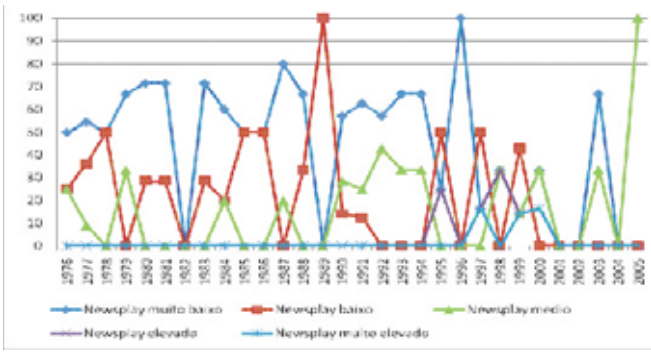
Entre 1986 e 1995, o *newsplay* médio ganhou uma crescente relevância, todavia observaram-se alguns casos de artigos com um *newsplay* elevado. Esta década veio anunciar o crescente destaque dado aos artigos sobre ambiente, que a década seguinte veio confirmar.

3.3.2. JORNAIS "POPULARES"

Ao longo dos 30 anos analisados, os jornais "populares" apresentaram valores de *newsplay* menos regulares.

Entre 1976 e 1985, observou-se um *newsplay,* essencialmente, muito baixo e baixo. Na segunda década, verificou-se um ligeiro declínio do *newsplay* muito baixo e baixo (com a excepção do ano de 1989, em que todos os artigos tiveram um *newsplay* baixo). Na segunda metade desta década, os artigos com um *newsplay* médio assumiram um peso significativo. Esta relevância veio a acentuar-se no final da terceira década (com destaque para o ano de 2005).

Figura 7
Distribuição dos artigos sobre ambiente nos periódicos "populares", por newsplay e anos



3.4. O DISCURSO DO RISCO E DO BENEFÍCIO

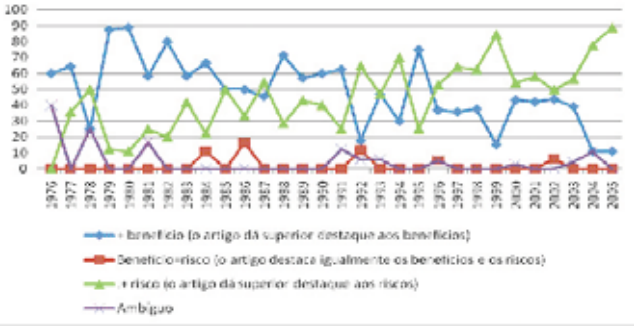
De um modo geral, os artigos sobre questões relacionadas com ciência e tecnologia, como as ambientais, são alvo de algum negativismo e enfatizam os riscos. Deste modo, mediu-se o domínio da presença dos riscos ou dos benefícios no discurso dos artigos sobre ambiente.

Durante a primeira década, o conjunto dos jornais, apresentaram um claro predomínio de artigos sobre ambiente que dão ênfase aos benefícios. No entanto, desenhava-se já uma trajectória ascendente no número de artigos que davam superior destaque aos riscos. Verificou-se também uma trajectória descendente dos artigos que possuíam alguma ambiguidade no seu discurso. Na segunda década, apesar de se ter verificado ainda um maior ênfase nos benefícios, apresentava-se como crescente o destaque dado aos riscos. A partir de 1996, a maioria dos artigos sobre ambiente dava já superior destaque aos riscos, particularmente, a partir de 2003.

Estes dados, vão no sentido do diagnóstico de Beck (1992), que argumenta estarmos a viver numa sociedade de risco. Refere Beck que os sucessos científicos e tecnológicos e o desenvolvimento industrial, conduzem a inesperadas e incontroláveis consequências sociais. Argumenta o autor que a conflitualidade social tradicional em torno da justa distribuição dos rendimentos, encontra-se em paralelo com uma conflitualidade social em redor da justa distribuição dos riscos. Esta predominância do discurso do risco sobre o discurso do benefício, na cobertura jornalística, pode ser um indicador da emergência de uma sociedade do risco no Portugal contemporâneo.

Figura 8

Distribuição dos artigos sobre ambiente, por tipo de discurso e anos

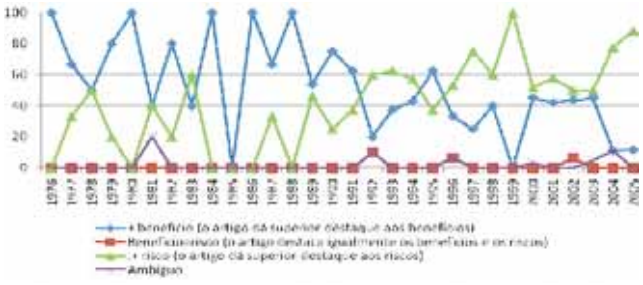


3.4.1. JORNAIS DE "QUALIDADE"

No que respeita aos periódicos de "qualidade", verificou-se que, na primeira década, apesar do significado do discurso do risco, predominou o discurso do benefício. Foi só na segunda década que o discurso do benefício entrou numa trajectória descendente, emergindo, cada vez mais, o discurso do risco. A partir de 1996, confirmou-se a preponderância do discurso do risco, nos artigos sobre ambiente.

Figura 9

Distribuição dos artigos sobre ambiente nos periódicos de "qualidade", por tipo de discurso e anos

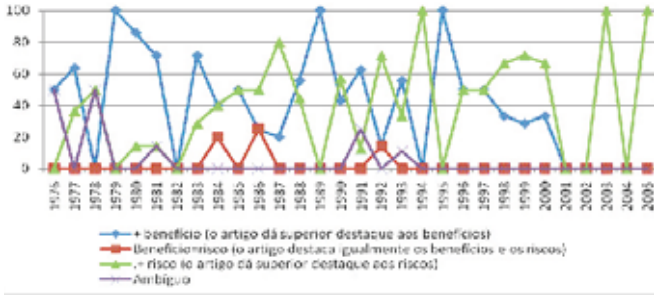


3.4.2. JORNAIS "POPULARES"

Relativamente aos periódicos "populares", ainda que na primeira década predominasse o discurso do benefício, o discurso do risco e da ambiguidade tinham já um peso considerável. Logo a partir de 1986, verificou-se um crescimento do discurso do risco.

Figura 10

Distribuição dos artigos sobre ambiente nos periódicos "populares", por tipo de discurso e anos



4. Nota final

Nestes 30 anos de democracia, quer do lado dos cientistas, quer do lado dos jornalistas, a comunicação de assuntos de ciência e tecnologia foi sofrendo mutações. Decorreram três décadas em que as temáticas ambientais, mais ou menos polémicas, foram crescentemente fazendo parte do quotidiano dos cidadãos exigindo, cada vez mais, o seu envolvimento e participação. Os jornais, fossem "populares" ou de "qualidade", permaneceram como elementos essenciais na comunicação dos assuntos ambientais, para o público em geral, alertando, questionando e informando. JJ

O autor é Licenciado em Ciência Política, com especialização em Relações Internacionais pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Mestre em Ciências do Trabalho, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde frequenta o programa de doutoramento em Sociologia. Desde 2000 que é investigador no CIES-ISCTE, onde tem vindo a desenvolver trabalho nas áreas das relações laborais, dos média e da compreensão pública da ciência.
E-mail: ruibritofonseca@yahoo.com

1) Em Portugal, foram emblemáticos os casos das gravuras de Foz Côa e da co-incineração.

REFERÊNCIAS:

Beck, Ulrich (1992), *Risk society: Towards a new modernity*, Londres, Sage.

Breed, W. (1980), *The newspaperman, news and society*, Nova Iorque, Arno Press.

Budd, R. (1964), "Attention score: a device for measuring news 'play'", *Journalism Quarterly*, 41, pp. 259-262.

Correia, Fernando (2006), *Jornalistas, grupos económicos e democracia*, Lisboa, Caminho.

Cronholm, Margareta e Rolf Sandell (1981), "Scientific information: a review of research", *Journal of Communication*, 31, pp. 85-96.

Gans, H. (1979), *Deciding what's news*, Nova Iorque, Random House.

Gore, Al (2006), *Uma verdade incoveniente*, Lisboa, Esfera do Caos.

Gore, Al (1993), *A Terra à procura de equilíbrio: ecologia e espírito humano – um manifesto ecologista*, Lisboa, Editorial Presença.

Gorney, C. M. (1992), "Numbers versus pictures: Did network television sensationalize Chernobyl coverage?", *Journalism Quarterly*, 69, pp. 455-465.

Hansen, A. (1994), "Journalistic practices and science reporting in the British Press", *Public Understanding of Science*, 3, pp. 111-134.

Hansen, A. e R. Dickinson (1992), "Science coverage in the British mass media: media output and source input", *Communication*, 17, pp. 365-377.

Liebler, C. M. e J. Bendix (1997), "How distant the forest? Proximity, environmental controversy and source status conferral", Paper apresentado ao *SCI Group*, Association for education in journalism and mass communication, Chicago.

Moscovici, S., (1992), "The psychology of scientific myths", em M. Cranach, W. Doise, G. Mugny (orgs.), *Social Representations and the Social Bases of Knowledge*, Berna, Hogrefe, pp. 3-9.

Neidhardt, Friedhelm (1993), "The public has a communication system", *Public Understanding of Science*, 2, pp. 339-350.

Royal Society of London, (1985), *The Public Understanding of Science*, Londres, The Royal Society.

Shoemaker, P. J. e S. D. Reese (1991), *Mediating the message: Theories of influences on mass media content*, Nova Iorque, Longman.

Joaquim Vieira à JJ
"O valor principal do jorn

Joaquim Vieira faz um balanço da sua actividade enquanto Provedor do Leitor do Público durante 2 anos. O Código Deontológico do Jornalista, o Estatuto Editorial e o Livro de Estilo foram leituras recorrentes para resolver dúvidas e, no final, ficou uma máxima, aliás recordada na última crónica, publicada em 27 de Dezembro de 2009: "Pensar no leitor antes de decidir a publicação de cada matéria".

Texto **Carla Baptista** Fotos **José Frade**

alismo é a credibilidade"

Lembra-se da primeira carta que recebeu durante o exercício do cargo de Provedor dos Leitores do jornal Público?

Não. Mas acho que foram cartas enviadas ao antigo provedor que eu acabei por pegar. As cartas, ou melhor, as mensagens de email, visto que são muito poucas as cartas em papel enviadas pelo correio, chegam ininterruptamente, é um processo contínuo. Ainda hoje recebo cartas que remeto para o novo provedor.

Quais eram as queixas mais frequentes?

Há dois tipos de críticas: erros de natureza gramatical ou factual, datas erradas relativas a acontecimentos históricos ou actuais, nomes mal grafados; e questões sobre a técnica ou a deontologia jornalística. Sempre atendi a ambas as reclamações.

As questões que mais suscitam reclamações prendem-se com a independência do jornal, o equilíbrio das versões apresentadas, a suspeita de favorecer A em relação a B ou vice-versa.

Um nome mal escrito ou uma data incorrecta suscitam reparos violentos por parte dos leitores?

É verdade.

As pessoas continuam a ver o jornalismo como um discurso factual e rigoroso?

Digamos que é uma crítica fácil e há muita gente que gosta de pegar nos jornalistas por qualquer razão. Há outros que ficam genuinamente escandalizados. Do ponto de vista de quem exerce a função de provedor, é o lado menos interessante. É mais estimulante pegar em questões deontológicas, que envolvem uma reflexão profunda sobre o que é o jornalismo. Mas também acho que o provedor não deve excluir as críticas mais superficiais. É um equilíbrio difícil de gerir porque recebi muitas mensagens de pessoas que reclamavam achando que as minhas crónicas eram demasiado centradas em questões deontológicas; enquanto outras reclamavam porque eu prestava demasiada atenção à gramática e aos erros factuais. Os leitores têm sempre esta dupla perspectiva sobre o produto jornalístico e a função do provedor é não discriminar ninguém e atender a todos.

A relação entre os jornalistas e as fontes de informação foi uma problemática frequente?

Não. De uma forma geral, o problema das fontes não sensibiliza os leitores. É um assunto que tem a ver com a técnica jornalística e portanto não está muito ao alcance do leitor comum. Acho que para o leitor é relativamente indiferente se a fonte é citada ou não, se a notícia tem uma ou mais fontes. Defendo que a notícia deve ter pelo menos uma fonte porque isso reforça a credibilidade mas os leitores, de uma forma geral, não elaboram sobre esse tema. As questões que mais suscitam reclamações prendem-se com a independência do jornal, o equilíbrio das versões apresentadas, a suspeita de favorecer A em relação a B ou vice-versa. Muitas notícias que, do ponto de vista jornalístico, são perfeitamente correctas e equilibradas, provocam reacções negativas porque alguns leitores consideram que servem ou favorecem os interesses de um grupo, de um partido ou mesmo de um indivíduo. Com frequência, há uma grande falta de noção das rotinas do jornalismo.

Como é que se resolve a questão do equilíbrio? É suposto que o jornalista procure sempre uma pluralidade de fontes sobre o mesmo assunto ou é legitimo que ele/ela trate em profundidade apenas uma versão emanada de uma fonte?

A segunda hipótese é admissível. O jornal tem um estatuto editorial e um livro de estilo que elabora uma série de regras sobre essa matéria e esses textos são fundamentais para orientar a actividade do provedor, a quem cabe verificar se estão a ser cumpridos. Se, por hipótese, lançarmos uma acusação de corrupção sobre uma pessoa, não será legítimo invocar que não ouvimos o visado mas iremos ouvir nos dias seguintes porque a partir do momento em que a acusação é lançada na praça pública, por mais correcções e alterações que venham a ser feitas posteriormente, o nome dessa pessoa foi atingido de forma irreparável. É preciso que uma só notícia procure atingir o máximo de equilíbrio possível. É claro que o equilíbrio absoluto não existe e a própria noção de objectividade é muito subjectiva. É necessário que o jornalista faça o esforço de ser objectivo e não fique tolhido a meio desse movimento porque acha que já fez o suficiente ou considera que é um patamar impossível de alcançar.

Há questões éticas do jornalismo que são quase filosóficas e, no entanto, interferem muito no quotidiano e na prática da profissão. A experiência de provedor ajudou-o a resolver alguns desses problemas, aumentou as suas certezas sobre o que é uma boa acção jornalística?

Foi instrutivo e aprendi muito. Como escrevi na última crónica, quando trabalhamos como jornalistas, muitas vezes fazemos as coisas sem ter tempo para reflectir. Ocupar este cargo permitiu-me pensar acerca dos assuntos. Cheguei à certeza que não há certezas em jornalismo e que é sempre preciso encarar as coisas com reserva e distanciamento e nunca deixarmos de acompanhar a evolução dos assuntos. Há sempre dados novos que nos vão revelar outras facetas sobre notícias já publicadas. O jornalismo é um processo contínuo, uma aproximação sucessiva à verdade. Outra certeza adquirida é que há regras

fundamentais que os jornalistas se devem esforçar por cumprir, não porque o seu incumprimento seja proibido mas porque o seu cumprimento reforça a credibilidade. A questão principal do jornalismo é a credibilidade e a ética e a deontologia existem justamente para proteger este valor central.

Os jornalistas têm legitimidade para violar a lei, por exemplo, o direito à privacidade, ou o segredo de justiça, se a revelação dos factos tiver interesse público?

Sim. Defendi essa posição no caso "Face Oculta", relativamente à publicação das escutas telefónicas envolvendo o primeiro-ministro.

Como definimos o conceito de interesse público?

O conceito é subjectivo e o jornalista é o responsável por essa avaliação. A questão coloca-se em relação a toda a informação. É sempre ao jornalista que cabe decidir se a informação merece ser transmitida às pessoas, se possui ou não interesse público. No caso concreto das escutas telefónicas, existe uma perspectiva jurídica que decidiu a destruição desses registos e a inexistência de qualquer processo judicial. Essa é a verdade jurídica mas não é a verdade jornalística. A verdade jornalística é a verdade histórica e o jornalista não tem que obedecer às directivas jurídicas sobre essa matéria. Percebo que os advogados, os professores de Direito, os magistrados do Ministério Público, sigam essa perspectiva mas, para o jornalista, o que conta é a história. Por exemplo, na óptica da justiça, os crimes prescrevem ao fim de um certo tempo. Se a justiça não tiver conseguido reunir provas suficientes para abrir um processo, esgotado esse prazo, o crime nunca existiu. Para o jornalista, a questão legal da prescrição é irrelevante e não impede que o jornalista investigue e conte o que realmente se passou. Existem diferenças na forma como a justiça e o jornalismo avaliam a realidade. Os jornalistas devem ater-se à verdade histórica dos factos e não à realidade jurídica dos factos. Voltando às escutas, estas existiram, bem como as conversas que as originaram e o que interessa é saber se essas conversas têm conteúdo que justifique a sua publicação. Para os jornalistas, não existe ninguém que seja infalível, nem sequer o Papa, nem o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, nem o Procurador Geral da República, no sentido de tomar como definitivo o que eles decidiram. Posso invocar um caso que acho muito ilustrativo, envolvendo o juiz John Mitchel, *general attorney* dos Estados Unidos (um cargo equivalente a uma mistura entre o nosso Procurador Geral da República e ministro da Justiça) que, na sequência da investigação sobre o *Watergate*, acabou sendo envolvido nas ilegalidades que tinham sido cometidas. Os jornalistas publicaram matéria sobre esse envolvimento, forçando a sua demissão. Recordo isto apenas para demonstrar que para os jornalistas não existem verdades absolutas e definitivas e é sempre preciso questionar tudo, incluindo as decisões judiciais. Para mim, o caso das escutas cai nessa categoria: não percebo como é que dois magistrados, independentes entre si, ligados à instrução e investigação do processo, encontram indícios de crime contra o Estado nas escutas e depois o caso chega às instâncias superiores e estas dizem que não existe nada e mandam arquivar. Nada foi explicado à opinião pública, não se conhecem os factos em causa e existe uma grande opacidade da justiça perante os cidadãos. Acho que a função e até a obrigação dos jornalistas é descodificar, abrir essa opacidade e tornar mais transparente aquilo que realmente se passou. Estou seguro que neste caso das escutas ainda existe muita matéria que os jornalistas deviam investigar e apurar.

Quase todos os casos antológicos de investigação jornalística resultaram na publicação ou revelação de documentos que não era suposto terem chegado ao público.

Exacto, contrariando os princípios, as teorias e até as leis que impediam a sua publicação. O que interessa é o conteúdo daquilo que foi publicado. Por exemplo, no caso do *email* publicado pelo *Diário de Noticias*, a propósito das supostas escutas a Belém, que eu abordei na qualidade de provedor: esse *email* era uma comunicação privada entre dois jornalistas, apontando para o envolvimento de um assessor do Presidente da República no lançamento desse caso. A publicação violou uma correspondência privada, exactamente como publicar o teor de conversas entre pessoas sob escuta também viola a sua privacidade, embora eu ache que existem muito mais razões para revelar uma conversa entre o primeiro-ministro e o presidente do conselho de administração do maior banco privado português (Armando Vara) do que para publicar uma conversa privada entre dois jornalistas, já que são pessoas com responsabilidades na governação. Em retrospectiva, já ninguém discute a legitimidade ou ilegitimidade da publicação do *email*, o que ficou são as consequências dessa publicação. Podemos criticar a forma como o *DN* publicou, o título que fez, o facto de ter revelado uma fonte de jornalistas (acho que não devia ter revelado) mas, no essencial, havia interesse público na publicação daquele *email*. A

Se, por hipótese, lançarmos uma acusação de corrupção sobre uma pessoa, não será legítimo invocar que não ouvimos o visado mas iremos ouvir nos dias seguintes (…)

questão da violação da correspondência privada passou para segundo plano e, sinceramente, não acredito que possa haver uma condenação de jornalistas do *DN* por essa razão. O interesse público do conteúdo revelado sobrepõe-se à questão da violação da correspondência privada. A liberdade de informação é um valor fundamental da sociedade e acaba por se sobrepor a muitos outros valores. Muitas vezes, no nosso ordenamento jurídico, existem valores que entram em conflito e quando isso acontece as instâncias judiciais têm que decidir qual é o valor que prevalece, se o caso chegar a tribunal. Na nossa jurisprudência, e estou a falar a nível europeu, porque vivemos num espaço de liberdade, o que tem prevalecido é a defesa do direito da liberdade de expressão e da liberdade de informação.

No caso concreto das escutas telefónicas, existe uma perspectiva jurídica que decidiu a destruição desses registos e a inexistência de qualquer processo judicial. Essa é a verdade jurídica mas não é a verdade jornalística.

Falando da forma como o Público tratou esse tema, o que é que falhou do ponto de vista dos valores jornalísticos ?

Falhou o facto de o *Público* ter ficado refém de uma única fonte de informação, que lhe "vendeu" a historia", e o jornal acreditou na história sem fazer a contra prova dos factos, sem investigar melhor, sem levar em consideração o eventual interesse político. Foi uma falha de uma certa gravidade porque, perante a opinião pública, o jornal mostrou fragilidade e vulnerabilidade em relação à possibilidade de ser instrumentalizado por uma determinada estratégia política.

Quais são os elementos que têm de estar presentes na prática jornalística para tornar uma investigação realmente digna desse nome, quer dizer, robusta e senão definitiva, pelo menos sólida e credível? Basta a revelação de um único documento, como um email, ou eventualmente algumas conversas desgarradas retiradas das cassetes das escutas efectuadas pela PJ a alguns governantes?

Não, isso não basta para sustentar uma investigação jornalística. Isso é aquilo que nós chamamos jornalismo sobre investigação em curso e não jornalismo de investigação. A investigação pressupõe que o jornalista vá para o terreno, intuindo que alguma coisa está a acontecer, tentar, através das suas próprias diligências, chegar a conclusões sobre essa suspeita. Mas, por outro lado, todo o jornalismo é investigativo. O jornalista tem que divulgar noticias originais, o próprio conceito de notícia implica esse aspecto da novidade. Portanto, para publicar o que é novo, é preciso investigar. Não podemos colocar o jornalismo de investigação num pedestal, como se só aí existisse investigação. Em todos os temas tratados pelos jornalistas, na cultura, na politica, na economia, na sociedade,

tem que haver sempre investigação. Há uma disciplina ou um género do jornalismo, dito de investigação, que tem a ver sobretudo com a revelação da parte oculta dos poderes públicos. O que é que torna uma investigação, de facto, uma verdadeira investigação? Que exista a comprovação dos factos e portanto que sejam consultadas diversas fontes, no mínimo duas, independentes entre si, que possam convergir numa certa narrativa sobre acontecimentos, sobre factos.

Disse que o jornalista deve procurar uma certa convergência da narrativa mas, muitas vezes, o que vimos é justamente a procura de uma narrativa baseada no conflito e na oposição. Como é que se conciliam estas duas coisas?

Quando falo com várias pessoas, é natural que cada uma delas tenha uma versão diferente e, nesse caso, o jornalista deve publicar em igualdade de circunstancias as várias versões.

Isso não pode gerar mais confusão do que esclarecimento?

Existem factos e existem opiniões. Os cidadãos não são estúpidos e podem tirar as suas próprias conclusões. Por exemplo, na questão do Mário Crespo que publicou uma narrativa sobre uma determinada conversa que teria existido entre o primeiro ministro e Nuno Santos, director da SIC, eu li várias versões sobre essa conversa, em função do seu emissor (bom, na realidade, não muito diferentes...)

Acho que a função e até a obrigação dos jornalistas é descodificar, abrir essa opacidade e tornar mais transparente aquilo que realmente se passou. Estou seguro que neste caso das escutas ainda existe muita matéria que os jornalistas deviam investigar e apurar.

Acho que o jornalista deve falar com todos os envolvidos, ouvi-los, publicar as várias versões e depois as pessoas que decidam. O jornalista deve procurar salientar aquilo que é comum, ou seja, houve um encontro e falaram sobre determinado assunto. Isso já dá um título e um *lead*. Sobre os conteúdos mais específicos, deve-se apresentar as várias versões e o público que formule o seu próprio juízo.

Qual é a sua opinião sobre os limites de actuação dos jornalistas, nomeadamente em relação ao facto de eles poderem ser autores de blogues onde exprimem opiniões sobre matérias que, enquanto jornalistas, abordam de forma mais factual e informativa?

Acho que tudo tem a ver com a matriz editorial do próprio órgão de informação em que o jornalista se insere. Se o órgão de informação preconiza e defende a isenção e a independência, como acontece com a maior parte, acho que é importante que os jornalistas reflictam esse comportamento. Existem várias profissões na nossa sociedade onde as pessoas estão impedidas de difundir a sua opinião, por exemplo, os magistrados ou os oficiais do exérci-

to. São profissões particularmente sensíveis em que a emissão de opinião por parte de um individuo compromete a instituição em que estão inseridos. É importante que as instituições provoquem junto do público uma imagem de isenção e independência. Acho que se passa exactamente o mesmo com os jornalistas. Compreendo perfeitamente que José Alberto Carvalho tenha feito uma série de recomendações sobre a forma como os jornalistas da RTP devem actuar nas redes sociais e nos blogues, porque são espaços públicos. Acho que os jornalistas devem respeitar esse tipo de limitações, o que não quer dizer que não tenham as suas próprias opiniões e que as emitam em privado, que votem...

Essas limitações deveriam aplicar-se ao Mário Crespo, na sua dupla condição de jornalista da SIC e cronista do Jornal de Notícias?

O Mário Crespo é um jornalista da *SIC*, portanto esse é um problema da *SIC* Trata-se de uma estação privada, eles próprios devem saber como se orientar nessa matéria. No caso da RTP, uma estação pública, paga por todos os contribuintes, acho que já temos o direito de emitir opinião.

Os valores éticos não deveriam ser potencialmente universais, em vez de ficarem confinados ao universo de uma empresa?

A deontologia jornalística é genérica mas existem também as regras de cada empresa de comunicação social. Mesmo a deontologia jornalística é algo muito discutível. Em alguns países onde existe uma tradição secular de liberdade de informação, como os Estados Unidos ou a Inglaterra, não existe um único código deontológico que sirva todos os jornalistas. Existem várias associações de jornalistas com códigos que regulam a actividade dos seus sócios mas não existem parâmetros rígidos e universais que enquadrem toda a gente. Já disse várias vezes que existem princípios no código deontológico dos jornalistas portugueses com os quais discordo e não me sinto nada obrigado a acatá-los. A questão mais grave tem a ver com as fontes: o código diz que o jornalista deve preservar a confidencialidade das fontes quando esta é solicitada, e considero isso fundamental para o exercício do jornalismo, mas acrescenta: "excepto nos casos em que o jornalista foi enganado pela fonte". Acho isto de uma gravidade terrível porque descredibiliza o jornalismo, atemoriza as fontes que têm medo de ser denunciadas e exime o jornalista da responsabilidade daquilo que é publicado. Não há jornalistas enganados pelas fontes, há é jornalistas que se deixam enganar. O jornalista tem a obrigação de saber que as fontes são quase sempre interessadas, e muitas vezes até têm um interesse muito específico, e portanto a informação nunca é absolutamente credível e deve ser sempre confirmada e verificada. Se o jornalista não faz o trabalho de casa, não confirma a fonte, não comprova o facto, publica simplesmente o que lhe é dito e depois descobre que foi enganado e sente-se livre para denunciar a fonte, acho inteiramente errado. Quem errou foi o jornalista, e o código deontológico não devia absolver os jornalistas dessa forma, é uma atitude inaceitável e corporativa.

Se o jornalista não faz o trabalho de casa, não confirma a fonte, não comprova o facto, publica simplesmente o que lhe é dito e depois descobre que foi enganado e sente-se livre para denunciar a fonte, acho inteiramente errado. Quem errou foi o jornalista, e o código deontológico não devia absolver os jornalistas dessa forma, é uma atitude inaceitável e corporativa.

O que pensa do actual Estatuto do Jornalista (aprovado em 21/06/2007, apenas pelo PS)?

Acho que é um estatuto contra o jornalismo e devia-se pensar em renová-lo o mais depressa possível, bem como extinguir a Comissão da Carteira Profissional, à qual o novo estatuto atribuiu poder para aplicar sanções aos jornalistas, incluindo multas e a suspensão da carteira profissional. As leis gerais é que devem orientar os jornalistas em matéria de liberdade de informação. Os jornalistas enganam-se muitas vezes, até involuntariamente, mas a liberdade de errar também faz parte da liberdade de informar. Não acredito que uma instância como a comissão da carteira, que até de certa forma depende do Estado, possa ter capacidade para julgar jornalistas. O que a lei prevê é que tem de se proteger o bom nome e a reputação das pessoas e das instituições, bem como a intimidade da vida privada das pessoas. Estes dois aspectos são fundamentais, estão previstos no código penal, e devem orientar a prática jornalística. Desde que os jornalistas não infrinjam gratuitamente estes dois normativos fundamentais, porque a liberdade dos jornalistas termina no momento em que começa a liberdade dos outros, e deve existir sempre um fundamento baseado na convicção da defesa do interesse público para se acusar uma pessoa de ter cometido um crime. Esses são direitos fundamentais da pessoa. Quanto ao resto, temos que admitir, nós todos os dias olhamos para a informação que se produz e existe falta de rigor. O que mais há no jornalismo é falta de rigor, ou porque as notícias estão incompletas, ou porque são omissas, ou porque não ouviram todas as partes, ou porque os factos não

foram comprovados... Era preciso uma máquina judicial monstruosa se o caminho fosse condenar os jornalistas por tudo isto. Se existisse, esse dispositivo representaria um atentado contra a liberdade de informação. Quando a Constituição da República fala em liberdade de informar, não diz liberdade de informar sem erros, diz só liberdade de informar e essa é a questão essencial. A este respeito, acho lapidar o que diz o texto constitucional dos Estados Unidos, que aliás é uma emenda à constituição (a primeira emenda) e que expressamente proibe a existência de qualquer lei que impeça o "free speech".

A separação entre o público e o privado é uma questão que está sempre presente. Acha que as figuras públicas têm uma vida privada mais reduzida do que o comum dos cidadãos?

As figuras públicas estão sujeitas a um grau de exposição maior da sua privacidade, na medida em que há muitos aspectos da sua vida e dos seus comportamentos que podem ter interesse para conhecimento do público. É o caso deste caso das escutas envolvendo o primeiro-ministro. José Sócrates ocupa essa função 24 horas por dia e, portanto, tudo o que diz relacionado com aspectos da governação tem interesse público.

Durante muito tempo, os jornalistas actuavam com uma sobranceria absoluta, como se fossem detentores finais da verdade: não admitiam ser contraditados nem que houvesse desmentidos sobre as suas notícias.

Isso inclui histórias de namorados, casamentos, adultérios, romances, presença em festas privadas?

Tem interesse quando o comportamento privado das figuras públicas entra em contradição com o que defendem em público. Por exemplo, se alguém é contra as leis que legalizem a emigração, por hipótese, e tem como empregada doméstica um emigrante ilegal, acho que é motivo que justifica uma denúncia pública por parte dos jornalistas. Se um político é contra a lei do aborto, e faz um aborto, ou a sua mulher faz um aborto, acho que também deverá ser publicado. Considero que os leitores devem conhecer estas contradições porque isso é importante para escolherem quem os vai governar.

A independência da imprensa hoje, em Portugal, está comprometida?

A independência do jornalismo está sempre comprometida por diversos factores, políticos, económicos, judiciais, todos acabam por condicionar os jornalistas que nunca fazem o jornalismo ideal, mas sim o jornalismo possível. A maioria das empresas de comunicação social pertencem a grandes grupos económicos e são empresas cotadas em bolsa. Isso implica apresentar resultados no final de cada ano e, portanto, há muita pressão sobre os jornalistas para publicarem matérias que aumentam as tiragens ou as audiências. O interesse comercial, hoje em dia, sobreleva muitos outros valores do jornalismo e faz com que o tipo de informação que se produz em muitos sítios não é aquele que os jornalistas ou até os responsáveis editoriais acham que se devia fazer, mas aquele que melhor satisfaz os objectivos económicos da empresa. Assisti a situações em que a publicidade fazia pressão para que a orientação editorial do órgão de informação fosse diferente. Falar muito de problemas como o desemprego, a pobreza, a guerra, eram coisas feias e não atractivas para a publicidade; a ideia era que se nós queríamos ter publicidade na revista, teríamos que pegar em temas mais atractivos para o público e fazer o chamado "*feel good*" jornalismo, positivo, agradável, que falasse de viagens, de bem-estar, de prazeres. Se olharmos para as capas de certas revistas de informação, verificamos que estão sempre a sair os melhores destinos de viagens, os melhores sítios para fazer férias, os melhores hospitais... Este tipo de condicionamento exerce constrangimentos muito concretos sobre a linha editorial dos órgãos de informação.

Sim, mas referia-me mais a pressões políticas. Acha que os jornalistas portugueses devem estar preocupados?

Devemos estar sempre preocupados. Não me lembro de ver um primeiro-ministro atacar tanto a comunicação social desde o tempo do PREC, em 1975, quando o Vasco Gonçalves protestou, num comício em Almada, contra o *Expresso*. Mas a pressão política mais eficaz exerce-se pela via económica. Os jornais são viabilizados pela publicidade e perder a publicidade institucional, que o governo controla em grande medida através das empresas públicas, das *golden shares*, dos institutos públicos, pode ser fatal.

Os jornalistas portugueses aceitam bem as críticas?

Nem sempre, mas já foi pior. Durante muito tempo, os jornalistas actuavam com uma sobranceria absoluta, como se fossem detentores finais da verdade: não admitiam ser contraditados nem que houvesse desmentidos sobre as suas notícias. Era habitual ler cartas de leitores a desmentir de alto a baixo uma notícia e no final vinha uma nota da redacção a dizer "a carta deste leitor confirma que nós tínhamos inteira razão". Hoje, existe mais humildade e isso é importante porque o jornalista não se pode arvorar de maneira nenhum em detentor absoluto da verdade. Neste aspecto, acho que o *Público* teve um contributo positivo, ao criar aquela secção de "o *Público* errou", que eu muitas vezes critiquei por não conter lá todas as coisas que devia. JJ

Caixa Geral de Depositos
GAZETA
Caixa Geral de Depósitos
patrocina
PRÉMIOS GAZETA
de Jornalismo 2009
Grande Prémio Gazeta
20 mil euros
Clube de Jornalistas
Prémio Gazeta Revelação
5 mil euros
Prémio Gazeta Imprensa Regional
Troféu
O prazo limite para entrega de originais
termina a 30 de Abril de 2010
Clube de Jornalistas
Rua das Trinas 127, r/c | 1200-857 LISBOA
tel. 213 965 774 | cj@clubedejornalistas.pt
www.clubedejornalistas.pt

www.cgd.pt

Entrevistas da Paris Review
SELECÇÃO E TRADUÇÃO DE CARLOS VAZ MARQUES
Tinta da China, 2009

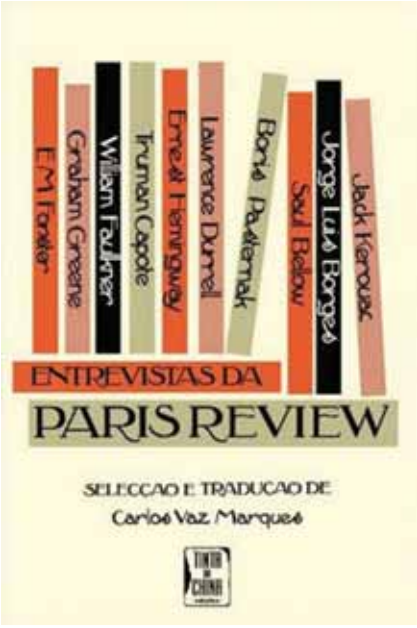
Texto **Carla Baptista**

Em 1953, um grupo de jovens intelectuais norte-americanos fundou em Paris uma revista, The Paris Review, que ainda hoje existe, (publica quatro números por ano) embora tenha perdido, porventura, algum do seu vigor e diferença. Na altura, colocar a critica "onde ela pertencia", ou seja, na parte final da revista, e deixar os autores falarem de si e do seu trabalho, era uma estratégia contra a corrente.

Mas foi graças a esta firme intenção de publicar qualquer trabalho criativo, "desde que seja bom", que The Paris Review se pode gabar de ter sido a primeira revista literária a "descobrir" vários escritores eternos, como Jack Kerouac (aí publicou em 1955 o conto "The Mexican Girl"), Italo Calvino, Philip Roth, Jim Carroll e tantos outros.

As entrevistas, ou melhor, os retratos-falados, que a persistência dos vários editores foi coleccionando ao longo das décadas, constituem hoje um património valioso para compreender uma parte do processo criativo de alguns dos escritores--monstros da humanidade. A revista de hoje já tem uma homepage, mas continua a ser "sobre escrita e a vida da escrita".

Carlos Vaz Marques, jornalista e



autor da selecção e tradução das dez entrevistas que compõem este livro, escreveu no prefácio desta bela edição da Tinta da China, com ilustrações de Vera Tavares, que só podemos avaliar bem a riqueza que estas entrevistas representam quando pensamos nos escritores que nunca foram entrevistados ou dos quais se perderam esses registos: "Infelizmente, a nenhum jornalista ocorreu entrevistar Mark Twain, Herman Melville ou Walt Whitman. Que extraordinários documentos literários possuiríamos hoje se isso tivesse sido possível".

Sem estas entrevistas, a obra continuaria a existir, mas "não teríamos a mesma imagem que temos hoje de alguns dos escritores decisivos para a arte literária do século XX", acrescenta Carlos Vaz Marques. O pequeno prefácio da obra não explica a razão da escolha ter recaído em dez escritores (os nomes são irrepreensíveis mas não há uma única mulher no lote), incluindo Graham Greene, Truman Capote, Jorge Luís Borges, Ernest Hemingway..., mas refere que entre a primeira entrevista, concedida por E.M. Forster, e a última, a Jack Kerouac, decorreram 15 anos, ou seja, "o tempo que corresponde a uma mudança social drástica que a literatura soube espelhar. E que estas peças também revelam por inteiro: do aprumo formal de Forster à conversa com anfetaminas em casa de Kerouac".

A densidade destas conversas, e o fascínio que o seu enredo provoca no leitor, resulta obviamente da excelência dos entrevistados. Mas também do método dos entrevistadores

A densidade destas conversas, e o fascínio que o seu enredo provoca no leitor, resulta obviamente da excelência dos entrevistados. Mas também do método dos entrevistadores, que insistiam em várias sessões, pediam explicitamente a colaboração do entrevistado (que revia o texto antes da edição final) e investiam valores da dramaturgia no registo: queriam ver nascer uma personagem, criar

surpresa, em suma, escrever uma história.

As conversas são obsessivamente sobre literatura e o trabalho específico do escritor em foco: o que precisa para escrever, porque escreve, como escreve, o que significa o que escreve. Esta concentração temática não implica dispensar deliciosos detalhes domésticos, superstições, crenças, rotinas, tudo aquilo que faz do escritor um ser humano: Faulkner, por exemplo, refere que "aquilo que preciso para o meu ofício é papel, tabaco, comida e um pouco de uísque"; Capote revela ser "um escritor completamente horizontal. Não consigo pensar a não ser que esteja deitado, seja na cama ou esticado num sofá e com um café e um cigarro à mão"; Borges comenta de forma surpreendente a sua relação com a língua inglesa: "O inglês é um belo idioma, mas as línguas mais antigas são ainda mais belas: tinham vogais. As vogais no inglês moderno perderam o seu valor, a sua cor. A minha esperança em relação ao inglês é a América. Os americanos falam de uma forma clara. Quando agora vou ao cinema (...) nos filmes americanos percebo as palavras todas. Nos filmes ingleses não as percebo tão bem".

O livro é também um manancial de frases inspiradoras sobre o sentido da arte literária e o seu processo: como surge, como acontece, quais as consequências da sua existência. Entre a resposta serena de Borges – "Quando eu escrevo, escrevo porque algo tem de ser feito. Não me parece que o escritor se deva intrometer demasiado no seu próprio trabalho. Deve deixar o trabalho escrever-se a si mesmo" – e a explosiva de Kerouac – "Rai's partam, é da EMOÇÃO que eu gosto na arte, não é da ASTÚCIA e da dissimulação das emoções" – dista um oceano de diferenças de personalidade e de estilo. Mas os dois são comunicadores universais, aprende-se neste livro, destinado a todos os que gostam de literatura, se interessam pela "arte de perguntar" e são capazes de experimentar o prazer que resulta da capacidade de questionar e problematizar o Outro. JJ

Memórias Vivas do Jornalismo
FERNANDO CORREIA
E CARLA BAPTISTA
Caminho, 2010

Texto **Paulo Pena**

NÃO HÁ JORNALISMO SEM MEMÓRIA

A data do lançamento de Memórias Vivas do Jornalismo, de Carla Baptista e Fernando Correia (ed. Caminho), não podia ter sido mais oportuno: no dia 11 de Fevereiro de 2009 o País quase só falou de jornalismo. Nesse dia, a liberdade de imprensa era a notícia. Por uma feliz coincidência, estas Memórias…, uma recolha de 17 depoimentos de jornalistas que estavam no activo no final da década de 60 (realizada entre 2004 e 2006 no âmbito da investigação dos dois autores para o livro Jornalistas. Do Ofício à Profissão – 1956-1968, de 2007), enriquece o debate sobre o jornalismo no presente. Ao inventariar «o conjunto de práticas e rotinas produtivas, estruturado em torno de valores preservados por uma tradição que se manteve suficientemente forte e coesa para resistir a drásticas mudanças» (Introdução, pág. 21), os autores acrescentam uma dimensão histórica ao debate sobre as «práticas» e os «métodos» do jornalismo do presente, em Portugal. Essa sedimentação de práticas e métodos, ao longo das

últimas cinco décadas, é essencial para compreendermos muito do que (bom e mau) se discute actualmente a propósito de jornalismo.

José Carlos de Vasconcelos, um dos entrevistados deste livro ainda no activo (JL e Visão), recorda, por exemplo, que no final dos anos 60 do século passado, «não havia um código ético e deontológico, eram os princípios e a decência das pessoas que valiam», até porque com a Censura «as questões da ética e da deontologia ainda eram mais complicadas e às vezes passavam para segundo plano». Ainda há 40 anos, os jornalistas portugueses conciliavam o seu trabalho com tarefas publicitárias e outros empregos, por exemplo. Isso só foi considerado incompatível em 1972, recorda Daniel Ricardo, com o Contrato Colectivo de Trabalho negociado pelos jornalistas que «estabeleceu, pela primeira vez, normas de natureza deontológica». «Acho que o jornalismo nesta fase era uma troca de favores e o favor maior era os jornalistas publicarem coisas», conclui Joaquim Letria (pág. 242).

O mesmo se passava com o método. O jornalismo, enquanto disciplina de verificação, era uma impossibilidade no Portugal de Salazar e Caetano. Por isso, a aprendizagem de um método objectivo (que é diferente de dizer que os seus praticantes sejam, eles próprios, objectivos…) não era, de

forma alguma, uma preocupação nas redacções portuguesas.

Se alguns dos jovens jornalistas dos anos 60, como Acácio Barradas, despertaram para esse problema por si próprios («deparei [-me] com esta frase na porta de um casal de jornalistas meus amigos: 'Nunca escrevas nada que não possas assinar'», pág. 48), a maioria, como refere Pedro Foyos, tinha como única escola de jornalismo a própria redacção «e a sensibilidade de os mais velhos darem a mão aos mais novos» (pág. 363).

Ainda há 40 anos, os jornalistas portugueses conciliavam o seu trabalho com tarefas publicitárias e outros empregos (...). Isso só foi considerado incompatível em 1972

O problema residia nessa relação, nem sempre frutuosa, entre os «mais velhos», muitos deles «amolecidos» pelo situacionismo face à Censura e à falta de liberdade, e os «mais novos», mais qualificados, que não eram, sempre, bem recebidos. Mário Ventura Henriques acrescenta que os «novos», de então, «tinham medo de perguntar para não cair no desagrado» das chefias, ou dos mais velhos (pág. 325).

Por fim, a eterna questão da propriedade dos media e da sua relação com o poder. Roby Amorim revela como a experiência do Diário Ilustrado esbarrou com a realidade dos negócios paralelos que os donos do jornal mantinham: « (…) em determinada altura, os senhores Correia [Manuel e Marcelino, proprietários do DI] ficaram interessados num grande projecto que era fazer alumínio em Angola, isso necessitava da intervenção governamental, era preciso estar de bem com o Governo e foi nessa altura que eles perceberam para que é que lhes podia servir um jornal.» (pág. 371)

A lição dos proprietários do DI é bem actual, 40 anos depois, quando quase nenhum dos jornais «importantes» sobreviveu para consolidar a sua memória e a sua linha editorial. Resulta dessa falta de memória a descontextualização de termos tão graves como «censura», no presente, ou o persistente, embora mais obscuro, predomínio das decisões políticas e económicas sobre a missão de informar.

Carla Baptista e Fernando Correia dão-nos a conhecer algumas pessoas «atrás dos nomes» grandes da imprensa portuguesa (e que não têm a projecção, mesmo entre os jovens jornalistas de hoje) que mereceria a sua carreira. E dão-nos um retrato rico de «um período sem paralelo na História do nosso jornalismo».

Media&Jornalismo

Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo | Nº 14, Vol. 8, Nº 1 • Primavera / Verão 2009

A Europa e os Media

CIMJ centro de investigação media e jornalismo

Por Mário Rui Cardoso > marioruicardoso@rtp.pt

www.knightdigitalmediacenter.org/leadership_blog/comments/20100124_promising_community_news_sites_-_the_hunt_is_on/

JORNALISMO 'ONLINE' PROMETEDOR

> Michelle McLellan, colaboradora num programa do Instituto Reynolds de Jornalismo que visa identificar projectos de Jornalismo "online" de forte potencial - tanto em termos editoriais como no que diz respeito ao modelo de negócio -, enumera, no Knight Digital Media Center, um conjunto de "sites" com percursos bem sucedidos. Para serem incluídos na lista - que está sempre em actualização -, os "sites" têm de ser acessíveis e transparentes; utilizar as redes sociais e outras ferramentas de interactividade para envolver os leitores; e apresentar um modelo de negócio viável.

Estão, também, divididos por categorias:
1)Aqueles cujos conteúdos são produzidos por jornalistas profissionais e que, apesar de não descurarem a interactividade digital com os seus leitores, têm o Jornalismo tradicional como código genético. Michelle McLellan chama-lhes "novos tradicionais", e são exemplos a Gotham Gazette, de Nova Iorque - que utiliza jogos interactivos para envolver os utilizadores na resolução de problemas da comunidade; o St. Louis Beacon, membro da Public Insight Network, que tenta fomentar nos cidadãos a vontade de participarem, com as suas experiências e perspectivas, no desenvolvimento de um Jornalismo mais informado; ou o Voice of San Diego, com uma aposta forte no Jornalismo de investigação.
2)Os "comunitários", igualmente mantidos por jornalistas profissionais mas com o foco na dinamização da comunidade. Procuram activamente conteúdos e "feedback" dos leitores, são escritos em tom informal e promovem o envolvimento cívico, através de iniciativas como votações, apelos à acção e parcerias com organizações locais. São exemplos o Oakland Local, que combina parcerias comunitárias e uma utilização estratégica das redes sociais para criar um ambiente dinâmico de convivência comunitária; o Open Media Boston, que recorre às redes sociais para solicitar contributos dos leitores; ou o Twin Cities Daily Planet, de Minneapolis, que agrega dezenas de "sites" comunitários, incluindo media étnicos.
Há, ainda, os "'sites' micro locais" - que se destacam por serem exemplos de modelos de negócio bem sustentados em publicidade local - e os projectos jornalísticos de nicho, entre outros.

http://bonnier.com/en/content/digital-magazines-bonnier-mag-prototype

REVISTAS DO FUTURO

> Agora que os leitores digitais parecem, finalmente, ter conquistado o coração das massas - vergadas ao fascínio dos iPads e dos Kindles -, os media já admitem a possibilidade de um futuro auspicioso para os projectos concebidos a pensar nesses dispositivos. Mag+, produzida pelo grupo sueco de media Bonnier, é uma das aproximações mais "eye catching" a uma futura forma de consumir revistas. Um vídeo, no "site", demonstra todo o arsenal gráfico e interactivo do protótipo Mag+.

http://mediactive.com/2010/02/02/the-future-of-journalism-education/

EMPREENDEDORISMO E DOMÍNIO DA AMBIGUIDADE

> Um guru dos novos media, o norte-americano Dan Gillmor, diz, num artigo na Mediactive, o que faria se criasse agora um curso de Jornalismo. Duas notas de particular interesse têm a ver com o desenvolvimento, nos estudantes, de uma consciência empreendedora e de um domínio da ambiguidade. Gillmor recomenda que se faça do empreendedorismo uma disciplina nuclear do ensino do Jornalismo. "Os estudantes vão acabar por compreender dois elementos chave do empreendedorismo", crê. "Um é a noção da propriedade de um processo e de um resultado. O outro - que pode muito bem ser o aspecto mais importante para eles -, é a percepção da ambiguidade e a capacidade de lidar com ela", afirma. Isto significa reagir às mudanças à nossa volta, ser flexível e mudar quando as circunstâncias mudam. A ambiguidade não é algo de que devamos ter medo. É parte das nossas vidas e devemos abraçá-la". Dan Gillmor cita o exemplo da Universidade do Estado do Arizona, com diversos projectos de estudantes de Jornalismo que conseguiram captar financiamentos fora da universidade.

Outras competências fulcrais do jornalista, no futuro, segundo Gillmor, são a interdisciplinaridade, o domínio das técnicas digitais e a capacidade de análise estatística - "a incapacidade dos jornalistas de compreender o que estão a ler é uma das maiores falhas do Jornalismo e da sociedade actuais". Também noções de gestão dos media. É que, como afirma Gillmor, "os estudantes de hoje serão as pessoas que amanhã desenvolverão os novos modelos de negócio do Jornalismo".

www.ojr.org/ojr/people/robert/201002/1820/

ESCREVER BEM PODE NÃO CHEGAR

> Robert Niles, na Online Journalism Review: "a Internet está a desenvolver milhões de novos redactores, reduzindo o valor económico da escrita". Niles defende, neste artigo, a tese de que, no futuro, muito mais gente vai estar habilitada a contar histórias, pelo que os jornalistas terão cada vez maior necessidade de se apetrechar com capacidades para além do talento para escrever; as empresas de media terão de reconsiderar os critérios de contratação; e as escolas de jornalismo de repensar a formação. As pessoas estão a escrever mais do que nunca, enviando e-mails, actualizando páginas do Facebook, participando em fóruns de discussão e em blogues. Além disso, as máquinas fotográficas digitais - que criaram fotógrafos compulsivos, fotografando quanto querem, libertos das amarras dos rolos de filme - e a generalização das câmaras de vídeo (incluindo nos telemóveis) "deram às pessoas a oportunidade de desenvolver uma literacia visual sem precedentes. O meu filho de nove anos passa o tempo com uma câmara de vídeo na mão. Está a aprender a contar as histórias da sua vida através do vídeo tanto como através da palavra escrita", afirma Robert Niles. Que futuro, então, para o jornalista, entre essa multidão de contadores de histórias, por palavras e imagens? Niles aponta um caminho: "Qualquer um pode saber contar bem uma história que apanha à frente do nariz. Mas saber analisar a informação, organizá-la e perceber como conseguir as notícias que interessam aos leitores, isso não está ao alcance de todos". Pode ser esse o valor acrescentado do jornalista numa paisagem mediática saturada.

www.nytimes.com/2010/02/09/science/09tier.html

A IMPORTÂNCIA DO ESPANTO

> Investigadores da Universidade de Pennsylvania estudaram os artigos do New York Times mais enviados por e-mail, ao longo de seis meses, entre Agosto de 2008 e Fevereiro de 2009, e chegaram a conclusões interessantes sobre o que mais motiva a vontade dos leitores de partilhar uma história.

Verificou-se que quanto mais emocional for um assunto, mais potencial terá, à partida, para despertar esse desejo de partilha. Os leitores gostam de temas de saúde e gadgets, sim, mas também de paleontologia, cosmologia e artigos de ciência em geral, mesmo que tenham com títulos como "As Promessas e o Poder do RNA". Este interesse por artigos científicos terá a ver com um factor identificado pelos investigadores que é especialmente propiciador desse impulso de partilha: o espanto provocado pela leitura de um grande número desses artigos.

"Contemplar o Grand Canyon, estar diante de uma obra-prima, escutar uma grande teoria ou uma bela sinfonia podem causar espanto. Mas também pode causá-lo a revelação de algo profundo e importante em qualquer coisa que nos habituámos a ver como normal e rotineiro, ou compreender a relação que se pode estabelecer entre coisas importantes e causas aparentemente remotas", afirma Jonah Berger, um dos autores do estudo. Mas nem tudo o que é surpreendente é espantoso. "Se eu aparecesse na minha aula vestido de pirata, isso seria surpreendente, mas não seria espantoso", ilustra Berger. "Um artigo sobre melancias quadradas é surpreendente e também gera aquele sentimento espantoso de que o mundo é vasto e eu muito pequenino".

A emoção, em geral, conduz à vontade de transmissão, e o espanto é uma emoção particularmente poderosa. "Se eu leio uma história que altera a forma como vejo o mundo e a mim próprio, quero partilhar essa história com outros. Quero 'fazer proselitismo' e partilhar esse espanto", explica o investigador.

O estudo concluíu, também, que os leitores preferem artigos que fornecem informações práticas em várias áreas. Dão preferência aos temas positivos sobre os negativos. E partilham mais artigos longos do que curtos. Embora isso possa ter a ver apenas com a coincidência de os artigos mais longos terem sido aqueles que se debruçaram sobre temas geradores de maiores "emoções". Não há certezas, pois esse aspecto não foi suficientemente aprofundado pelo estudo.

http://media.www.gwhatchet.com/media/storage/paper332/news/2010/02/04/News/Gspm-Study.Journalists.Increasingly.Utilize.Social.Media.Sites-3864656.shtml

REDES SOCIAIS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO

> Um estudo da Universidade George Washington, efectuado junto de 371 jornalistas, concluiu que, para 56% dos inquiridos, as redes sociais têm muita ou alguma importância para a produção de notícias e reportagens - embora 84% refiram que a informação obtida nas redes sociais é menos fiável do que aquela que é fornecida pelos media tradicionais. A larga maioria aponta a Internet como ponto de partida para os seus trabalhos, destacando-se os blogues como principal fonte de informação. Oitenta e nove por cento usam-nos para pesquisas "online" e 64% utilizam-nos para distribuir as suas histórias. Dois terços consultam o LinkedIn e o Facebook. O Twitter é citado por menos de metade como apoio à pesquisa, mas é a segunda ferramenta para a distribuição de artigos, depois dos blogues.

www.vjmovement.com

HISTÓRIAS ESQUECIDAS EM VÍDEO

> VJ Movement é uma nova plataforma cooperativa de Internet que acolhe pequenas reportagens em vídeo provenientes de todo o mundo. Histórias contadas com análise e contexto, destituídas de sensacionalismo. Temas que, normalmente, não passam nos grandes media. A ideia foi inspirada, em parte, na própria experiência do fundador do projecto, Thomas Loudon, nos tempos em que foi correspondente no Irão, Egipto e Jordânia. "Não pude deixar de reparar que as reportagens estavam a ficar com cada vez menos contexto e análise, dado que os media têm cada vez menos orçamento para isso", diz Loudon. VJ Movement é uma tentativa de lutar contra essa situação.

O jornal 57 e o Movimento de Cultura Portuguesa: história & memória

O jornal 57 que, por determinação epocal, assim se designou, estreia-se em Maio de 1957, com o subtítulo de actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura, o que apregoava um ecletismo cultural que se manteria até ao fim da publicação. Mas logo no terceiro-quarto número, de Dezembro, aquele subtítulo é substituído pelo de movimento de cultura portuguesa, talvez para esclarecer de vez ou reforçar ao que vinha este jornal, que se pretendia como órgão de um movimento, o movimento 57.

Texto **Álvaro Costa de Matos***

1. Do contexto...

O jornal *57*[1] surge num ano, 1957, que, no que à imprensa periódica diz respeito, foi um ano historicamente importante. Hoje é até reconhecido pelos especialistas como um ano de viragem, em grande medida protagonizada pelo *Diário Ilustrado*, que aparece em finais de 1956[2]. Se isto é verdade para a chamada imprensa de referência, para os principais jornais diários portugueses, também o é para a imprensa literária. Esta conhece nesta altura uma evolução não menos importante, quer pela consolidação de muitas revistas e jornais, quer pela dinâmica provocada pelo aparecimento de novas publicações periódicas, ao ponto de se detectar uma efervescência cultural de certo modo atípica, num país sujeito a um regime autoritário, autocrático, que fazia da censura à liberdade de expressão uma das suas traves-mestras[3]. Estas revistas, por sua vez, representavam movimentos políticos, literários, estéticos ou mesmo filosóficos, sendo, portanto, da maior importância conhecê-las para uma melhor contextualização da época que aqui nos interessa, e que enquadra o nosso jornal, o *57*.

A *Vértice* era o órgão por excelência do Neo-Realismo. Representava a militância, a literatura de compromisso, da arte empenhada. Protagonizou importantes tomadas de posição no plano cívico e político, congregando, desde o início (Maio de 1942), uma parte considerável da oposição democrática ao regime – atitude que manteve até 1974. Mas além da *Vértice* tínhamos a *Serpente*, de 1951, e as *Notícias do Bloqueio*, também criada em 1957, e que durou até 1961, ainda que estas duas publicações já representassem a segunda vaga neo-realista. *O Globo* (1943-1959), o conjunto de cinco números *Unicórnio*, *Bicórnio*, *Tricórnio*, *Tetracórnio* e *Pentacórnio* (1951-1956), de José Augusto França, a *Anteu* (1954) e a *Pirâmide* (1959) veiculavam as propostas estético-literárias do Surrealismo, movimento que tenta verter para a cultura portuguesa o compromisso com a fealdade, como "arma contra a cultura burguesa e as suas formas de censura estética, moral, etc."[4]. A *Panorama* (1941-1973), a *Atlântico* (1942-1959), ambas editadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), a *Cidade Nova* (1941-1961), o *Esmeraldo* (1954-1956), a *Ocidente* (1935-1971; 1977-1995) e a *Cidadela* (1956-1957) defendiam o regime ou um sistema de valo-

res condizente com os do regime: patrióticos, nacionalistas, conservadores e católicos. Algumas destas revistas, como vimos, são mesmo editadas por instituições do Estado Novo. A *Ocidente*, com a direcção de Manuel Múrias, foi uma apoiante incondicional do Salazarismo, defensora de um nacionalismo activo, exacerbado, fortemente empenhado, a par da apologia (supremacia) da cultura ocidental sobre todas as outras. A *Tempo Presente, revista portuguesa de cultura*, que saiu de 1959 a 1961, representava o fascismo puro e duro, situando-se assim à direita do próprio regime. Segundo Eduardo Lourenço era "o texto fascista em ambiguidade"[5], traduzindo um fascismo nostálgico, duvidoso do regime de Salazar, crítico da decadência das suas instituições e da decrepitude ideológica e política dos dirigentes do Estado Novo. Nas suas páginas, assumiam-se como "(…) universalistas, hierarquizadores, totalitariamente compreendentes, intolerantes para o erro, ultrapassantes e dinâmicos"[6]. À esquerda do regime tínhamos, além da *Vértice*, já aqui referida, a *Seara Nova*, que surge em 1921, ligada à esquerda progressista, republicana, liberal, a *Rumo*, dos católicos, e a revista *O Tempo e o Modo*, publicada entre 1961 e 1977, adepta de uma democracia cristã e de um socialismo humanista, isto até à saída de António Alçada Baptista, em Fevereiro de 1969. A partir daqui a revista sofre uma profunda reorientação, no sentido maoísta, e que se traduz também numa oposição mais tenaz ao regime. Depois, existia ainda um conjunto de revistas que testemunhavam o incremento que os estudos filosóficos conheciam nesta altura, tanto dentro como fora da universidade. São disso exemplo, a *Revista Portuguesa de Filosofia*, da Faculdade de Filosofia de Braga, talvez a mais importante, a *Revista Filosófica* (1951-1958), fundada e dirigida por Joaquim de Carvalho, a *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa, a *Colectânea de Estudos*, *Itinerarium* a partir de 1955, dos Franciscanos, e a revista *Filosofia* (1954-1961), órgão do Centro de Estudos Escolásticos de Lisboa. O interesse pelos temas filosóficos em geral, e especificamente portugueses, este ambiente verdadeiramente filosófico, talvez explique o aparecimento do último jornal deste breve inventário, o *57*, órgão do movimento 57[7], por sua vez inserido no movimento mais amplo da Filosofia Portuguesa. É sobre este jornal que agora nos vamos deter, ou melhor, sobre a sua história e memória.

2. O jornal 57

O jornal *57* que, por determinação epocal, assim se designou, estreia-se em Maio de 1957, com o subtítulo de *actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, o que apregoava um ecletismo cultural que se manteria até ao fim da publicação. Mas logo no terceiro-quarto número, de Dezembro, aquele subtítulo é substituído pelo de *movimento de cultura portuguesa*, talvez para esclarecer de vez ou reforçar ao que vinha este jornal, que se pretendia como órgão de um movimento, o movimento 57. O jornal mantém-se, com alguma irregularidade, até Junho de 1962, publicando no total 11 números: três em 1957, com um número duplo, já referido (n.º 1, Maio; 2, Agosto; 3-4, Dezembro), um no ano seguinte (5, Setembro), dois em 1959 (6, Março; 7, Novembro), três em 1960 (8, Junho; 9, Setembro; 10, Dezembro), e um, o último, em 1962 (11, Junho). Esta irregularidade na edição condicionou muito o *57*, não só porque não se compadece com a opção pelo jornal, que pede uma periodicidade diária e regular, como não ajuda a fixar leitores. À posteriori, julgamos que o *57*, pelas suas características, talvez tivesse funcionado melhor como revista, num formato mais pequeno.

O 57 foi dirigido por António Quadros[8] (na foto), que partilhou a função com Fernando Morgado e Orlando Vitorino a partir do número 5, de Março de 1959. No número seguinte, Vitorino desaparece da direcção, para não mais regressar. A redacção era composta por Avelino Abrantes, Afonso Botelho, que acumulava com a função de editor, José Antunes Ferreira, Fernando Morgado, Ernesto Palma, António Quadros, Rui Carvalho dos Santos, que também era administrador, Francisco Sottomayor, António Telmo, Orlando Vitorino e Luís Zuzarte. Fernando Morgado, além de director e redactor, era também o "orientador artístico" do 57, enquanto Carlos Silva estava incumbido do secretariado do jornal. O corpo redactorial sofreu poucas alterações ao longo dos 5 anos de existência do 57: a partir do n.º 2, de Agosto de 1957, passa a contar com Afonso Cautela e Azinhal Abelho, edição que regista ainda a saída de Luís Zuzarte. Ao todo, tínhamos 12 redactores. Azinhal Abelho, Rui Carvalho dos Santos, Orlando Vitorino e Ernesto Palma cessaram as suas funções como redactores a partir do n.º 6, de Março de 1959. António Telmo sai no número seguinte, de Setembro. A partir do n.º 8, de Junho de 1960, desaparece da ficha técnica do jornal a referência ao corpo redactorial do 57. Nas outras funções as mudanças também foram pouco significativas: a partir do n.º 5, de Setembro de 1958, Francisco Sottomayor assume o secretariado; no n.º seguinte aparece como administrador; no último número, de Junho de 1962, substitui Afonso Botelho como editor.

O 57 tinha redacção e administração em Cascais, na Rua Afonso Sanches, 30, era composto e impresso em Lisboa, nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda., de

Lima, Victor e Lima, na Rua João Saraiva, 12 – A (Alvalade) e distribuído pela Livraria Bertrand. A partir do n.º 5 a redacção e a administração são transferidas para a Rua do Quelhas, 25, em Lisboa, com nova mudança no n.º seguinte, de Março de 1959, desta vez para a Rua do Século, 34. A distribuição do jornal passa também, a partir deste número, a ser feita pela Agência Portuguesa de Revistas, localizada na Rua Saraiva de Carvalho, 207. Até o final do jornal a redacção e a administração saltaram de poiso por mais duas vezes, mas sempre em Lisboa: no n.º 8 vamos encontrá-las na Rua do Arco de Carvalhão, 197; a partir do 10, de Dezembro de 1960, na Rua Quirino da Fonseca, 37. A distribuição do jornal não ficou imune a estas alterações, provocadas sobretudo pelas constantes mudanças de casa do seu director, António Quadros, com o *57* a conhecer, a partir do n.º 8, de Junho de 1960, um novo distribuidor, Gonçalo W. de Vasconcelos, da Avenida António Augusto Aguiar, 126. Esta instabilidade só era possível devido à periodicidade alargada do jornal, com 2/3 números por ano.

Não há referências à tiragem do jornal. Cada exemplar, em média com 20 páginas, custava, no início, 5$00. Aumenta para 7$50 a partir do número 5, conhece uma redução para 6$00 com o n.º 9, para voltar ao preço anterior logo no número seguinte, preço que se manterá até ao fim do jornal. No que toca às condições de assinatura elas eram as seguintes: séries de 3 números, 15$00; de 6, 30$00;

de 12 números, 60$00. Para o Ultramar e estrangeiro acrescia 10% sobre os preços indicados. Para cativar assinantes para o jornal estes beneficiavam de um desconto de 30% nos volumes da "Colecção 57" e nas obras de que o 57 era depositário, como, por exemplo, a *Introdução a uma Estética Existencial*, de António Quadros, ou o *Acto – fascículos de Cultura*. Beneficiavam ainda de entrada livre nos colóquios organizados pelo jornal e de 50% de desconto nos espectáculos realizados. A subscrição do jornal era feita por postal ou carta.

Encontramos três tipos de publicidade no *57*. A publicidade estritamente comercial, que servia para pagar o jornal; a publicidade institucional, nacional e estrangeira; e a publicidade da *casa*, aquela que visava publicitar os colaboradores mais importantes, através da divulgação e dos elogios às suas obras. No primeiro caso, destacamos, pela quantidade e tamanho dos anúncios a publicidade da Companhia Nacional de Navegação, com 9 anúncios, quase um por cada número, dos chocolates Belleville, da Favorita, com 7, da Companhia União Fabril (CUF), com 6, da Sacor, com 5, da Swissair, com 3 anúncios, entre outras empresas e companhias, que anunciam menos, com dois ou apenas um anúncio: os rádio-gramofones estereofónicos SABA, os frigoríficos da General Electric, a Altitália, a Air France, os binóculos JENA, as canetas Parker, a Guimarães Editores, a Portugália Editora, as Publicações Europa-América, o Banco Comercial de Angola, as cervejas "Cuca", etc. No segundo caso, na publicidade institucional, temos anúncios da Agência Geral do Ultramar, promovendo as suas muitas edições, da Direcção Geral do Turismo Francês, mas sobretudo do Centro Nacional Suíço de Turismo, com 6 anúncios, convidando os leitores do *57* a visitar o "país dos lagos encantadores", dos "sítios pitorescos", com "cidades de aspecto medieval", ou a passar as suas férias nas suas "montanhas nevadas". No último caso, encontramos publicidade a livros ou publicações periódicas editadas por colaboradores ou directores do 57, com relevo para Afonso Botelho, António Quadros e Orlando Vitorino, ou referências elogiosas a escritores "queridos" do movimento, como Virgílio Ferreira.

A novidade do *57*, além do programa e das suas ideias, de que nos ocuparemos mais adiante, e presente também no núcleo duro dos seus colaboradores (António Quadros, Afonso Botelho[9], José Marinho[10], Álvaro Ribeiro[11] e Orlando Vitorino[12]), que se auto-denominavam de "os novos", está desde logo na opção pelo formato do jornal, bastante ousada, reconheça-se, para uma publicação que pretendia falar de filosofia, arte, ciência e literatura, num mercado pequeno, pouco predisposto para consumir este tipo de produtos, sujeitos à concorrência da imprensa diária, mais barata e, nalguns casos, com excelentes suplementos literários. O elevado analfabetismo também não ajudava, assim como a censura prévia à imprensa, ainda que esta visasse não tanto o controlo da crítica política ao regime ou da doutrinação e propagação de ideários políticos diferentes, mas sobretudo a protecção das figuras, instituições e estratégias imediatas do regime[13]. A novidade do *57* está ainda no arranjo gráfico encontrado para o jornal, moderno, atractivo, de que salientamos os seguintes aspectos:

I) uma primeira página muito forte, a 3 cores, com uma boa combinação gráfica entre o cabeçalho, em plano de destaque, o sumário, à esquerda, e textos programáticos ou nucleares, não assinados, como é o caso do "Manifesto de 57", "Manifesto sobre a Pátria" ou "Problemas Concretos da Cultura Portuguesa", publicados, respectivamente, nos números 1, 2 e 5, à direita;

II) uma estrutura interna muito flexível, a 2 cores (P/B), com predomínio das 5 colunas, a toda a página, não poucas vezes quebradas com ilustrações, publicidade, novas caixas de texto, ou, em menor número, a solução 2 + 1 (duas colunas grossas + uma coluna *standart*, reservadas quase sempre para os grandes ensaios dos principais articulistas do *57*, mormente o quinteto acima referido, ou nomes sonantes, como Agostinho da Silva), ou, ainda, a solução 3 + 1 (três colunas standart + uma coluna grossa), com poucas secções regulares ao longo do jornal, utilizadas sobretudo para a crítica literária, de arte e espectáculos, ensaios ou estudos diversos[14];

III) uma última página mais discreta, repetindo as 3 cores da primeira, muitas vezes utilizada para a conclusão de textos vindos do interior.

Foram efectuadas mudanças na imagem do jornal, primeiro com uma discreta alteração no cabeçalho, a partir do número 6, de Março de 1959, com a colocação do título, "57", à direita do subtítulo, "Movimento de Cultura Portuguesa", quando antes estava à esquerda; depois, com algumas remodelações gráficas ensaiadas nos números 8, 9 e 10, prevalecendo a terceira, continuada no número seguinte, o último, ainda que num formato mais pequeno e com outro tipo de papel, mais frágil, a pronunciar o fim do jornal. O último número tem ainda a particularidade de introduzir as três cores noutras páginas, que não a primeira e a última, realçando assim alguns textos importantes, como é o caso do "Manifesto à Nação", assinado por António Quadros, Fernando Morgado, Francisco Sottomayor, Fernando Sylvan, Jorge Preto, Luís Carlos do Espírito Santo, António Braz Teixeira e Alexandre Coelho.

Finalizamos este capítulo com a colaboração literária e plástica do *57*, que foi muito significativa e diversa. Na primeira, destaca-se, quer pela quantidade quer pela qualidade, a de António Quadros, de longe o principal colaborador, com uma produção que ultrapassa os 40 artigos. Depois, num outro patamar, temos Francisco Sottomayor, com 16 arti-

57
actualidade
filosofia
arte e ciência
literatura

Carta aberta aos futuros deputados da Nação
Instituto do cinema português
Universidade livre
A dialética da pintura europeia
A Feira das Indústrias

MANIFESTO
SOBRE
A
PÁTRIA

57

57 E A REACÇÃO DOS CONFORMISTAS

57
MOVIMENTO
DE CULTURA
PORTUGUESA

12 TEOREMAS DO «57»

VINTE E OITO PÁGINAS

gos, Orlando Vitorino, com 12, Ernesto Palma, com 11, Fernando Morgado, com 10, Azinhal Abelho, com 9, Avelino Abrantes, com 8, Afonso Botelho e António Braz Teixeira, com 7, Afonso Cautela, António Telmo, Alfredo Margarido, Ana Hatherly e José Antunes Ferreira, com 6, e Jorge Preto, com 5 artigos. Estes foram, sem dúvida, os principais colaboradores do jornal, mas o *57* contou ainda com a colaboração importante de Álvaro Ribeiro, José Marinho, Luís Zuzarte, Natércia Freire, Baltazar Covões, Carmo Vaz, Jonas Negalha, Fernando Sylvan, Agostinho da Silva, Sant'Ana Dionísio, Augustina Bessa Luís, José Valle de Figueiredo, entre muitos outros. Na segunda, isto é, na colaboração plástica, sob a forma de ilustrações e desenhos, temos Jorge Costa, Santiago Areal, Vieira da Silva e António Botelho. No conjunto do jornal, trata-se de uma colaboração pouco significativa, e escassa, dada a clara opção pelo texto em detrimento da imagem.

O 57 reproduziu ainda textos de Aarão de Lacerda, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Álvaro Ribeiro, Domingos Monteiro, Afonso Botelho, António Quadros, Álvaro de Campos, Cabral de Moncada, Kant, Cunha Seixas, Leonardo Coimbra, Georges Limbour, André Chastel, António Ferro, Sampaio Bruno e W. Ostwald.

O lugar de destaque ocupado por António Quadros merece que nos detenhamos um pouco na sua vasta colaboração. Quadros assinou grande parte dos ensaios publicados no *57*, com textos sobre filosofia da história, estética e arte, existencialismo, ensino e educação, cultura e ciência, política e filosofia, estudos inovadores sobre dança, cinema, comemorações, ou ainda recensões sobre exposições, temas, portanto, perfeitamente enquadrados no espírito do movimento 57, de que ele era, afinal, um dos principais mentores e dinamizadores. Foi também um dos principais críticos literários do jornal, com recensões a Fernando Namora, Vergílio Ferreira, entre outros escritores.

Das iniciativas do jornal registe-se, por exemplo, os "Inquéritos aos Pensadores Portugueses", com testemunhos de Álvaro Ribeiro (N.º 3-4, Dezembro 1957), Afonso Botelho (5, Setembro 1958), e Sant'Ana Dionísio (6, Março 1959), pequenas antologias, com textos de António Ferro, a propósito do primeiro aniversário da sua morte (3-4, Idem), de Sampaio Bruno, assinalando o "1.º Centenário do Fundador da Filosofia Portuguesa" (Idem), com um estudo de António Telmo, de Cunha Seixas ou Leonardo Coimbra (7, Novembro 1959), uma "Pequena Antologia do Moderno Pensamento Estético Português", com textos de Aarão de Lacerda, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Álvaro Ribeiro, Domingos Monteiro, Afonso Botelho e António Quadros (5, Idem), a campanha a favor da valorização e dignificação do escritor português, ao longo dos seis primeiros números do jornal, com estudos sobre a situação social do escritor, os editores, as influências estrangeiras, a liberdade de expressão, a par de outros assuntos, e, por último, os dois inquéritos realizados a estudantes acerca da crise da universidade (3-4, Idem, e 7, Idem).

3. Do programa e das ideias...

O jornal *57* apresentava-se como "folha independente de cultura", "principalmente escrita por novos" o que desde logo mostrava uma intenção de independência política face ao regime mas também a outros movimentos ou correntes políticas.

57
MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA
12 PROBLEMAS CONCRETOS
DA CULTURA PORTUGUESA
VINTE E QUATRO PÁGINAS

MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA
57
O HOMEM CONTEMPORÂNEO
e o labirinto burocrático
VINTE E QUATRO PÁGINAS

MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA
57
PROBLEMAS SEXUAIS
VINTE PÁGINAS

Apresentava-se também como uma publicação doutrinária, que se pretendia portadora de uma "autêntico movimento"[15], que teria por objectivo central uma "profunda renovação dos conceitos e das hierarquias que campeiam abusivamente a terra portuguesa". E que conceitos e hierarquias eram estes para os homens do *57*? O Escolasticismo, o Materialismo Dialéctico, o Positivismo, o Criticismo, numa palavra, as correntes estrangeiras, que definiam na altura a cultura portuguesa, mas que contribuíam para a ruína dos seus "brilhantes pilares", para a ausência de uma "autonomia cultural". Como consequência, os intelectuais demitiam-se e abdicavam da sua "liberdade de conceber, de imaginar e agir, por uma cega adesão, seja a corpos doutrinários anacrónicos, isto é, gerados fora do nosso tempo; seja a concepções utópicas, isto é, que não tomam em consideração o factor específico que é o espaço e visam a espartilhar os homens de todos os espaços segundo a rigidez sem cambiantes de uma mesma lei; seja no retrato fotográfico de uma realidade imóvel, a uma natureza conhecida apenas através dos sensos, sem que a penetre a visão superior do espírito; seja no egoísmo narcisista da auto-contemplação, da auto-piedade ou da auto-flagelação". Impunha-se, portanto, um programa, que libertasse a cultura portuguesa do "imobilismo paralisante" de "escolas e políticas que nos são estranhas" e de "fins egoístas". Este programa, de acordo com o "Manifesto de 57", publicado no primeiro número do jornal, logo a abrir, passava pelo recurso a "estudos antropológicos e cosmológicos que garantam as teses propostas", ou melhor, pela adopção de "formas antropo-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias". E logo a seguir acrescentavam: "Não é possível servir Portugal sem conhecer Portugal. Não é possível servir o homem português sem conhecer o homem português". Por outro lado, esta tarefa, de libertação da cultura portuguesa, encontrava-se facilitada porque o país dispunha de imensas possibilidades e meios, pois segundo os "novos" Portugal guardava "nos seus arcanos uma extraordinária potencialidade criadora, uma capacidade de viagem, descobrimento e invenção, da qual a nossa história dos acontecimentos, das ideias e dos símbolos, dá explícitos sinais e claras notícias", capacidade esta que era diminuída persistentemente pelas "mentalidades abstracionantes e internacionalistas". A história de Portugal não era feita de uma "cadeia de eventos fortuitos dominados pelo acaso, provocado pela luta das classes ou dependentes das flutuações do comércio e da indústria". Pelo contrário, obedecia em "finalismo, a um destino e uma missão", por outras palavras, a uma "*necessidade*", como o tinham afirmado os nossos primeiros poetas épicos, Camões, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa.

Esta "necessidade", que resistira "as pressões do grandes povos", exigia, para o grupo do *57*, numa crítica à influência das correntes estrangeiras mas também ao poder político, que a nação recuperasse a sua "autonomia filosófica, artística e cultural", que valorizasse as causas espirituais, "que são de expressão concreta e portanto nacionais", em detrimento das materiais. Desta forma, evitava-se que a autonomia política, a independência, fosse um "capricho de governantes que ambicionam o poder temporal ou teimosia de passadistas, anacronicamente presos a hábitos mentais e a lembranças, atavismos, nostalgias". Consequentemente, era fundamental adoptar um outro cami-

movimento
de cultura portuguesa

PORTUGAL D'AQUÉM...

O SIGNO — LÍNGUA
O SIGNAL — ENSINO
O SÍMBOLO — CIVILIZAÇÃO
O DINIS — PAIZAGEM
O INFANTE — IDÁ
O GAMA — RETORNO
CAMÕES
FERNANDO PESSOA — DESCOBERTA
PASCOAIS — CULTURA
JUNQUEIRO — COMUNICAÇÃO
POTÊNCIA — PORTUGAL
MOVIMENTO — O MAR
A C T O — IMPÉRIO

...E D'ALÉM-MAR

57

movimento
de cultura portuguesa

57
O EQUÍVOCO

ARTISTAS PORTUGUESES—II
QUERUBIM LAPA—Pintor

movimento
de cultura portuguesa

57

nho, que, coadunado com a nossa identidade, contribuísse para o seu florescimento. Esse caminho era, para o *57*, o existencialismo e a filosofia portuguesa. Estas seriam as correntes/filosofias que acabariam por dissolver a influência das teses positivistas, do materialismo e do abstraccionismo na cultura portuguesa.

O interesse pelo existencialismo, que pode parecer uma contradição, pois combatiam tenazmente as correntes estrangeiras, advém do facto de ter dado conteúdo filosófico à ideia de filosofia de pátria. Era isto que interessava ao movimento, apenas isto, a redução do objecto do conhecimento "à situação concreta dada e específica, ao englobante, à espacio-temporalidade". Como referências, o *57* destaca A. N. Whitehead e Karl Jaspers, dois filósofos que, nas suas palavras, "mais sistematicamente interpretaram a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais e autónomos".

O recurso à filosofia portuguesa explica-se porque para o *57* ela era a via por excelência, a via, para, por um lado, a cultura portuguesa afastar as correntes estrangeiras, e, por outro, reencontrar-se consigo própria. E lá vinha a menção a Sampaio Bruno como o fundador da filosofia portuguesa, pois dele partiram "todas as grandes correntes de ideias que se prende a originalidade, não só da nossa filosofia, como da nossa arte e da nossa literatura". Completada com a referência aos seus "discípulos confessos", Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, "todos ligados ao movimento da Renascença Portuguesa", Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro e José Marinho, estes dois últimos classificados como "as figuras mais representativas da filosofia portuguesa moderna".

Resolvido o problema da teoria necessária à dinamização da realidade portuguesa, restava a prática, papel que caberia ao *57*. Este seria o meio pelo qual, com a cobertura do existencialismo e da filosofia portuguesa, se iniciaria um novo ciclo da cultura portuguesa: "Sedentos de restituir à vida humana a sua responsabilidade transcendente e ao mesmo tempo solidários dos que não pactuaram com a cultura incultural, separada porque precisamente incultural, de um movimento dinamizador para um futuro iluminado pelo espírito, para a Índia Nova em que Fernando Pessoa simbolizou a epopeia portuguesa, nós defendemos e queremos o progresso de Portugal em todos os caminhos desde a prosperidade material e da dignificação social até à invenção filosófica, artística e cultural. Mas divergimos de todos e combatemos todos quantos, quaisquer que sejam os seus credos políticos ou religiosos, pretendem chegar aos mesmos fins através de meios que, não se adequando à especificidade do espírito, da alma e do corpo da pátria portuguesa, mais não poderão provocar senão a dor, o mal-estar, a angústia, a divisão, e principalmente, a estagnação, pela luta aniquilante de forças contrárias que se anulam mutuamente, conforme se tem verificado tragicamente na Europa dos últimos 50 anos". O desafio estava lançado. Vejamos agora os resultados do *57*, através do estudo do seu impacto e recepção na sociedade portuguesa letrada dos anos 50.

4. A reacção ao 57…

O aparecimento de um jornal com estas ideias não podia deixar de agitar as águas da cultura portuguesa. A reacção surgiu, como era natural, nos jornais, com a publicação de vários artigos nada simpáticos para com o *57*, a par, é certo, de alguma surpresa, pela positiva, e adesão às propostas dos "novos": "O primeiro

O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA
ANUNCIA A CRIAÇÃO DO
COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES

movimento 57
de cultura portuguesa

INTEGRAÇÃO EUROPEIA OU INTEGRAÇÃO PORTUGUESA?

COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES

EUROPA OU PORTUGAL? QUE EUROPA? QUE PORTUGAL?

número de «57» suscitou, a par de numerosas manifestações de simpatia, de solidariedade e mesmo de adesão, que aproveitamos a oportunidade para agradecer publicamente, a esperada, violenta e exclamativa reacção dos conformistas", revelava o jornal logo no número 2, de Julho, num artigo intitulado "57 e a reacção dos conformistas". E acrescentava: "**Esperada** porque já conhecíamos e prevíamos os seus velhos argumentos, todos eles afinal encobrindo o imobilismo conservador das suas posições e a dificuldade manifesta de evoluírem a partir de doutrinas aprendidas para sempre na adolescência. **Violenta** porque, na sua impossibilidade de refutarem a nossa posição, o que fizeram apenas foi substituir a razão pela vontade. Mas a energia voluntariosa das suas palavras desvela ainda melhor a fragilidade das suas próprias posições, em equilíbrio instável sobre o passado que já não retornará ou sobre o estrangeiro, que desconhece a nossa problemática específica. **Exclamativa** porque, ao fim e ao cabo, desde o Padre Gustavo de Almeida no «DN», até ao Dr. João Gaspar Simões, em artigo de fundo no «JN» do Porto, praticamente toda a reacção do «57» se traduziu em exclamações mais ou menos iradas". Ou seja, para o 57 as críticas estavam desprovidas de conteúdo, desmascaravam o imobilismo existente e o anacronismo e fragilidade dos seus pressupostos.

A reacção não ficou por aqui. Evoluiu para polémica, por exemplo, entre Adolfo Casais Monteiro e António Quadros, nas páginas do *Diário de Lisboa*. Originou até um debate, no Centro Nacional de Cultura, com Francisco Sousa Tavares em plano de destaque nas "farpas" ao movimento: "Aí (no CNC), a reacção tomou corpo com a intervenção veemente dos conformistas que quase pareciam querer julgar alguns dos redactores presentes numa espécie de tribunal inquisitorial. O principal advogado de acusação, em nome das potências conformistas, o Dr. Francisco Sousa Tavares, dirigiu-nos uma série de perguntas de exame: mas em que consiste a filosofia portuguesa? Mas o que dizem os livros de Sampaio Bruno, que o interrogador confessou nunca ter lido apesar da gritante oposição que lhe manifestou? Não há senão uma só filosofia universal? (A escolástica?) E quase exigiram, advogado de acusação, júri, presidente do júri, público alvoraçado, que nós, pobres criminosos que ali estávamos como simples assistentes e por cortesia, justificássemos o nosso crime, a nossa petulância e, naquela atmosfera agitada e social, com meninas da sociedade (bonitas, felizmente!) a aplaudir as tiradas mais retoricamente acusatórias, provássemos, provássemos por A + B, que havia uma filosofia portuguesa, que havia filósofos nacionais, em que consistia a originalidade dos nossos filósofos, em que se distinguiam dos filósofos de outros países! E, pelo verbo eloquente do Sr. Juiz Presidente, perdão, do Presidente da Mesa, o Padre Dias de Magalhães S. J. foi pronunciada a sentença contra o réu. Condenado, o *57*? Parece que sim". Ora, nada disto demovia o *57*, como o atestava a publicação de novo número do jornal. O que interessava era os leitores, e particularmente os jovens, que não "estavam dominados por conservadorismos anacrónicos e utopias e com quem estamos prontos a estabelecer diálogo". As condenações dos "ilustres padres jesuítas" e dos "ilustres críticos literários, como o Saint-Beuve português, o papa da crítica judicativa, o famoso Dr. João Gaspar Simões" não deixaram de contribuir, é certo, para que o jornal fosse lido, discutido e vendido, mas tal aconteceu, segundo os "novos", sobretudo porque o *57* não se integrou em qualquer dos conformismos "de historiador da filosofia a um sistema feito e perfeito, de crítica literária aos valores literários franceses de há 20 anos ou de professor universitário ao estatismo cultural positivista".

Devemos, no entanto, matizar o êxito cultural do *57*, como o fez o próprio director, António Quadros. A cultura portuguesa estava dominada por um pensamento estrangeiro e pela Universidade. Como tal, a acção do *57* desenvolveu-se à margem das culturas oficiais, que dominavam o panorama cultural. E aqui, nesta marginalidade, foi relativamente eficaz, nomeadamente junto dos estudantes universitários.

Terminamos com a crítica que, em nosso entender, foi a crítica mais importante e que mais incomodou os "novos", a sua colagem ou comprometimento com o poder vigente na altura, o Estado Novo. Crítica que englobava todo o movimento da "Filosofia Portuguesa". Para Eduardo Lourenço, um dos autores que mais vivamente faz essa associação, a "Filosofia Portuguesa" representava a "ideologia cultural de um fascismo lusitano". Parece-nos, no entanto, que tal associação é precipitada, e dificilmente sustentável do ponto de vista histórico. É certo que algumas das posições do movimento 57 eram coincidentes com a orientação política do Estado Novo, como, por exemplo, a defesa das colónias, bem expressa no "Manifesto à Nação" Portuguesa", reproduzido no último número do jornal, de Junho de 1962. Mas esta posição apenas traduz a sua visão da cultura e território portugueses, e não comprometimento político. A política, para o *57*, deve depender de valores superiores e a filiação "partidá-

ria" da pátria deve ser unicamente na sua tradição, como esclarecem logo na apresentação do "Manifesto sobre a Pátria": "A Pátria não é defendida por qualquer partido, facção ou classe (…)". Ora, isto não coincidia, como sabemos, com a posição do regime, sustentado num partido único, a União Nacional, e na sua trilogia Deus, Pátria e Família. António Quadros dá-nos também algumas informações importantes quando nos diz que "o *57* não teve nenhuma ligação com os poderes vigentes nem recebeu apoios oficiais" ou quando nos esclarece do porquê de se associar a Filosofia Portuguesa a uma forma de nacionalismo político. Para Quadros esta associação assentava em 3 motivos: em primeiro lugar, pelo predomínio que o *57* dava à Filosofia, em detrimento da literatura ou da política; em segundo lugar, pela defesa que o *57* fazia de um pensamento ligado ao homem concreto; finalmente, pela importância que o *57* dava à Filosofia Portuguesa, facilmente identificável com o nacionalismo político, nomeadamente para os anti-nacionalistas.

5. Considerações finais

Apesar de algumas contradições, como a defesa do messianismo português num movimento avesso a qualquer internacionalização, que pressupunha a submissão de todas as pátrias a uma pátria, a portuguesa, e de alguns exageros, como o maniqueísmo das ideias expostas, de que é exemplo a menorização dos autores extrínsecos ao Movimento 57, ou a defesa acérrima da manutenção das então colónias portuguesas, é inegável o grande contributo que o 57 deu para a dinamização e valorização da cultura portuguesa, sobretudo pela reflexão filosófica dos seus valores, e para a defesa teórica duma filosofia portuguesa, assente num pensamento ligado ao concreto e com raízes nacionais.

Num segundo plano, não podemos ignorar o contributo que o *57* deu para o conhecimento e divulgação de pensadores importantes, através das traduções das suas obras: Hegel, Nietzsche, Freud, Stuart Mill, Bacon, Camus, Voltaire, Balzac, Walter Scott, são alguns exemplos; o papel que teve na publicação de originais de autores portugueses, como Afonso Botelho, Natércia Freire ou Augustina Bessa Luís; bem como na promoção da literatura e da arte portuguesas, a partir das muitas recensões e críticas publicadas nas páginas do *57*. JJ

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2010.

* *Coordenador da Hemeroteca Municipal de Lisboa e Investigador do Centro de Investigação Média e Jornalismo.*

NOTAS

1) A colecção completa do jornal está disponível *on-line* na Hemeroteca Digital, a biblioteca digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa, em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/.
2) Sobre esta viragem ver CORREIA, Fernando, e BAPTISTA, Carla – *Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa: Caminho, 2007, nomeadamente os capítulos 1 "Factores de Bloqueio e Sinais de Mudança", e 2 "Dinamismo dos Jornais da Tarde", pp. 43-102 e 103-221, respectivamente.
3) Para uma análise da censura neste período ver TENGARRINHA, José – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva, 2007, com especial atenção para os capítulos 3 "A Censura às Folhas Informativas (Visão Global)" e 12 "Imprensa e opinião pública no Estado Novo", pp. 35-70 e 177-205, respectivamente. Cf. MATOS, Álvaro Costa de – "Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema", in *Media & Jornalismo*, N.º 9 (2006), pp. 41-56. Para o período anterior é incontornável a obra de GOMES, Joaquim Cardoso – *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
4) ROCHA, Clara – *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 544.
5) Citação retirada de PINTO, António Costa, "Tempo Presente", in *Dicionário de História de Portugal*, Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. 9, Lisboa/Porto: Figueirinhas, 2000, p. 509.
6) Para um estudo mais aprofundado de algumas destas revistas, sobretudo das mais políticas, ver MATOS, Álvaro Costa de (2006), *Op. Cit.* Para as literárias, completar com PIRES, Daniel - *Dicionário da Imprensa Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Volume 2, Tomos 1 e 2, Lisboa: Grifo, 1999, e com ROCHA, Clara (1985), *Op. Cit*.
7) Sobre o movimento propriamente dito é de leitura obrigatória a obra de GAMA, Manuel – *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Col. Biblioteca Breve, 116, 1.ª Edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação e Cultura, 1991.
8) Nasceu em Lisboa, a 14 de Julho de 1923, e faleceu na mesma cidade, a 21 de Março de 1993. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa. É considerado o verdadeiro responsável pelo movimento "57" e o elemento mais empenhado na implementação do projecto cultural associado a este movimento. A sua colaboração com o projecto, como director e responsável pela publicação do jornal *57*, órgão do movimento, foi fundamental, tal como as temáticas que introduziu neste jornal, cujos temas centrais se traduziram no estudo do Existencialismo, Estética e Arte, Filosofia da História e análise do Ensino, principalmente o Universitário. As suas análises e trabalho sobre o existencialismo contribuíram para a assimilação do "Movimento

da Filosofia Portuguesa" de teses afins a esta corrente filosófica e "estrangeirada", num movimento que se queria fundamentalmente de raiz e pensamento nacional. Defendeu uma "Renascença Atlântica" como continuação da "Renascença Portuguesa", num Portugal que assentava estrategicamente no triângulo Europa/África/América. Publicista emérito é de destacar, de entre as suas numerosas obras, *Introdução a uma Estética Existencialista* (1954), *A Cultura Portuguesa Perante Existencialismo* (1956), *Existência Literária* (1959), *Critica e Verdade* (1964), *Teoria da História em Portugal* (1967-68), 2 volumes, e *Introdução à Filosofia da História* (1982). Para saber mais sobre a vida e obra de António Quadros, bem como de seus pais, os escritores Fernanda de Castro e António Ferro, é incontornável a consulta da sitio da Fundação António Quadros, em: http://www.fundacaoantonioquadros.pt/.

9) Nasceu em Coimbra, a 4 de Fevereiro de 1919, e faleceu em 1996. Foi sócio fundador do Centro Nacional de Cultura de que foi presidente largos anos. A sua actividade repartiu-se entre o cinema, o ensaio filosófico, a ficção e a critica de arte. O tema central das suas preocupações foi o tema da "saudade". A sua obra procurou encontrar esta temática na Filosofia Portuguesa. A sua colaboração com o movimento "57" foi restrita, abordando temas como a estética, o saudosismo e o ensino no jornal do movimento. Entre as suas várias obras, podemos destacar: *Páginas Portuguesas* (1949), *D. Duarte e a Fenomenologia da Saudade* (1950), *Saudosismo como Movimento* (1960) e *O Integralismo Português* (1953).

10) Nasceu no Porto, a 1 de Fevereiro de 1904, e faleceu em Lisboa, a 5 de Agosto de 1975. Licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras do Porto (1926). Em 1931 realizou o seu exame para professor liceal. Foi aluno e discípulo do Professor Leonardo Coimbra, sendo considerado por muitos investigadores como o seu verdadeiro herdeiro espiritual. Entre as suas principais ocupações profissionais ao longo da sua vida destaca-se a sua participação no "Centro de Investigação Pedagógica" da Fundação Calouste Gulbenkian. Manteve igualmente ao longo da sua vida uma polémica com os pensadores e filósofos Eduardo Lourenço e Joel Serrão, que acusou de serem dos principais esteios dos movimentos culturais adversos à Filosofia Portuguesa. Entre as suas principais publicações podemos destacar: *O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra* (1945), *Teoria do Ser e da Verdade* (1961), *Elementos para uma Antropologia Situada* (1966), *Filosofia, Ensino ou Iniciação* (1973), *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo* (1976), obra póstuma.

11) Nasceu no Porto, a 1 de Março de 1905, e faleceu em Lisboa, a 9 de Outubro de 1981. Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras do Porto (1931), é considerado o mentor do movimento "57" e um dos principais esteios do "Movimento da Filosofia Portuguesa", ambos vocacionados para a recuperação da "raiz do pensamento nacional". Foi aluno e discípulo do Professor Leonardo Coimbra, cuja influência no seu pensamento foi determinante. O tema central das suas teses refere o ensino e o imperativo da sua reforma, com a introdução de disciplinas como a antropologia, cosmologia e teologia relacionadas com a ciência, a metafísica e a religião. Propõe, entre outras medidas, que todas as instituições que são veículos de Educação, como a Imprensa, a Rádio, a Televisão e os Desportos, sejam subordinadas aos princípios da "Filosofia Portuguesa". Entre as suas principais obras podemos citar: *O Problema da Filosofia Portuguesa* (1943), *Leonardo Coimbra* (1945), *Os Positivistas* (1951), *Apologia da Filosofia* (1953), *A Literatura de José Régio* (1969) e *Memórias de um Letrado* (1977-78), 2 volumes.

12) Nasceu em Almeida, a 21 de Outubro de 1903, e faleceu em Lisboa, a 19 de Dezembro de 2003. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas e em Românicas pela Faculdade de Letras de Lisboa. A sua vasta obra reflecte a preocupação central de destacar a Cultura Portuguesa, seja através da reflexão filosófica, seja pela criação teatral ou reflexão sobre temáticas como o ensino, a liberdade e a justiça. Entre várias actividades foi crítico, encenador e director teatral, director da revista *Acto*, realizador de filmes, como "Alentejo não tem sombra", e "Onde vais Maria". Ao longo da sua obra procurou destacar o papel da Igreja Católica na defesa do primado da "pessoa" sobre o "indivíduo". A sua preocupação central com a questão do ensino levou-o a propor o fim do sistema universitário do seu tempo e a construção de uma universidade nova, inspirado nas propostas do Professor Doutor Delfim Santos. Entre as suas obras podemos destacar: *O Individuo e a Pessoa*, *A Justiça e a Amizade, Hegel e a Liberdade*, *Reputação da Filosofia Triunfante* ou *Prefácios sobre a Liberdade de S. Mill*.

13) Sobre os propósitos da censura política, ver, MATOS, Álvaro Costa de, *Op. Cit.*, pp. 52-53. Completar com TENGARRINHA, José, "A Censura às Folhas Informativas (visão global)", in Op. Cit., pp. 35-70. Para Tengarrinha a defesa das figuras do regime (Chefe de Estado, Presidente do Conselho e membros do Governo) era, sem dúvida, um dos objectivos da censura, assim como a defesa da estrutura política do Estado e de todos aqueles assuntos que poderiam afectar a sua segurança e prestígio. No entanto, para o historiador, a censura foi essencialmente "um instrumento fundamental orientado para a tentativa de formação de um «bloco de opinião nacional» ".

14) Identificámos apenas as seguintes secções regulares, por ordem de importância: "57 Leu", "Crítica", "Artes Simbólicas", "Artes da Palavra", "Notas Políticas e Económicas" e "Artes espectaculares".

15) Para uma análise mais detalhada do ideário do movimento 57, ver GAMA, Manuel, *Op. Cit.*, sobretudo o capítulo 2, "O Ideário do «57», pp. 35-85.

Rui Dias

44 ANOS

Iniciou a profissão em 1984 na extinta Direcção Geral da Comunicação Social, de onde saiu em 1987 para cumprir o Serviço Militar.
Foi operador de telefoto na Agência Lusa de Informação, passou pelo "Diário Popular", semanário "O Diabo", "A Capital" e esteve, desde 2003 até ao seu encerramento em 2006, no semanário "O Independente", onde foi editor de fotografia. Ao longo da sua vida profissional colaborou ainda em muitas outras publicações da imprensa portuguesa, a maioria já extinta. Actualmente, é freelance "em regime de exclusividade…"

Incêndios na Câmara Muncipal de Lisboa, 1996 e em Cascais, 2001. Na página da esquerda, Cabo da Roca, 2003

O desmaio de Cavaco Silva durante a tomada de posse de António Guterres, 1995. Em baixo, a bordo do Navio-escola Sagres nas comemorações dos vinte anos do 25 de Abril, 1994

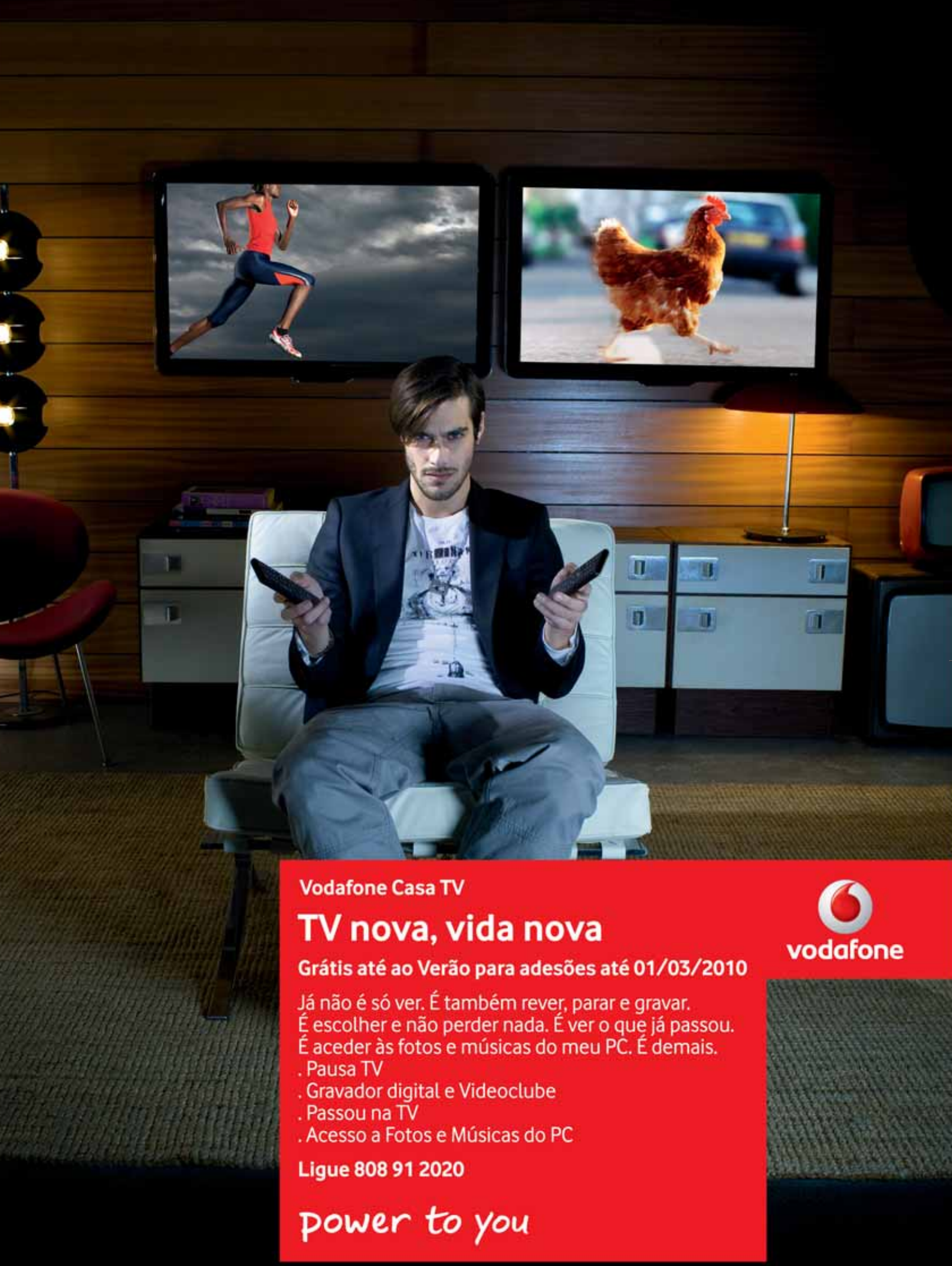
Aníbal Cavaco Silva na campanha presidencial, Trás-os-Montes, 2006

Entrevista a António Marinho Pinto, na altura candidato a Bastonário da Ordem dos Advogados, 2004

Companhia Nacional de Bailado, 1992. Em baixo, Portugal-Lituânia, 2001

Concurso Internacional no Hipódromo do Campo Grande, 2004. Em baixo, F1 no Estoril, 1992

Timor, 1999


Vodafone Casa TV
TV nova, vida nova
Grátis até ao Verão para adesões até 01/03/2010
Já não é só ver. É também rever, parar e gravar.
É escolher e não perder nada. É ver o que já passou.
É aceder às fotos e músicas do meu PC. É demais.
. Pausa TV
. Gravador digital e Videoclube
. Passou na TV
. Acesso a Fotos e Músicas do PC
Ligue 808 91 2020
power to you
vodafone

ANTÓNIO GRANADO

Os desafios do ensino do jornalismo

Quando comecei a ensinar jornalismo, no distante ano de 1996 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Internet tinha acabado de aterrar em Portugal. Os jornalistas viviam ainda num mundo que começava a globalizar-se. Já era possível ler o *Estado de São Paulo* no próprio dia, saber um número de telefone nos Estados Unidos sem ter de passar pelas telefonistas da Marconi, fazer perguntas a algumas fontes por e-mail em vez de usar o avançadíssimo fax.

Os cursos de comunicação e jornalismo não tinham ainda dado conta desse novo fenómeno e ensinavam aos futuros jornalistas as tradicionais ferramentas da profissão. Durante anos, fizeram-se exercícios de escrita com telexes em papel, reportagens de rádio com captação de som analógico, peças de televisão em cassetes tradicionais. O admirável mundo novo estava fora dos currículos das universidades e assim permaneceu durante mais algum tempo.

Hoje, numa era em que muitas das certezas do jornalismo dos últimos 100 anos se desfazem como castelos de cartas, as universidades continuam incapazes de acompanhar os tempos e de se antecipar aos desafios que a profissão impõe aos que saem dos seus cursos de comunicação. Ensinar futuros jornalistas é agora muito mais exigente do que era há apenas alguns anos, quando as divisões entre imprensa, rádio e televisão ainda faziam sentido.

Os actuais estudantes de jornalismo, que nunca viveram sem Internet, precisam de perceber que o perfil adequado ao exercício da profissão mudou radicalmente, e que a sua função na sociedade é cada vez mais fundamental nesta era em que todos podem comunicar para todos. O tradicional papel de "gatekeeper" desapareceu completamente e não faz qualquer sentido nos tempos que correm. No caso dos jornais em papel, podemos até dizer que os jornalistas desempenham agora um papel de "gravekeepers", uma espécie de guardadores de uma sepultura já aberta.

O principal desafio que se coloca às universidades é o de preparar jornalistas para os novos tempos. Jornalistas que têm de aprender a trabalhar em equipa, que precisam de saber contar estórias e criar comunidades, que necessitam de cuidar da sua reputação na Web e fora dela. Estes futuros jornalistas têm de ter fortíssimas noções da ética e da deontologia da profissão, para não se tornarem presa fácil daqueles que acham que o jornalismo é apenas um negócio.

Os novos jornalistas serão especializados em temas, não em meios. Aceitarão desafios e saberão ser empreendedores. Serão alunos para sempre, na medida em que terão de saber adaptar-se permanentemente às mudanças da profissão. Não terão medo de experimentar, mas terão de ser capazes de se afastar de experiências perigosas que nada têm a ver com o jornalismo e se aproximam mais da publicidade ou das relações públicas.

Serão as universidades capazes de formar jornalistas com este perfil? Acredito que sim, mas é urgente a revisão curricular de muitos dos nossos cursos de comunicação, para que se adaptem ao combate que é necessário travar pelo jornalismo. Um combate que tem de ter como bandeira os valores tradicionais da profissão e no qual as universidades têm de se envolver para bem do próprio jornalismo e, em última instância, para bem da democracia que tanto prezamos. JJ

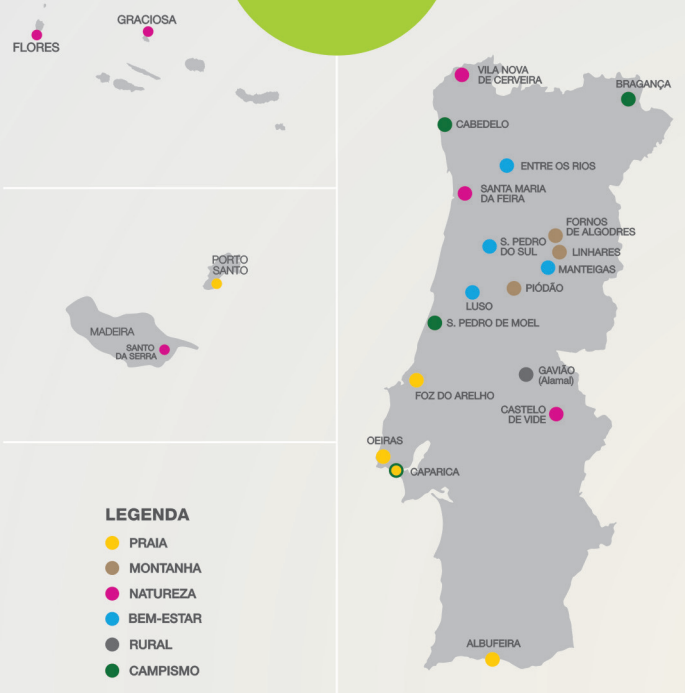
Jornalista e professor universitário

INATEL TURISMO

INATEL FUNDAÇÃO 1935 2010 75

QUALIDADE AO SERVIÇO DE TODOS

Visite-nos em **www.inatel.pt**



A Fundação INATEL coloca à disposição de todos os que trabalham o que tem sido até à data usufruído pelos nossos mais de 200 000 beneficiários associados.

As nossas Unidades Hoteleiras, tão referenciadas pela sua qualidade, são hoje um privilégio ao alcance de todos.

– 18 Unidades Hoteleiras
– 1 Casa de Turismo Rural
– 4 Parques de Campismo

Se for **Beneficiário Associado** tem acesso a inúmeras actividades e descontos por apenas **€20 por ano.**

– 20% de desconto nas 18 Unidades Hoteleiras
– Descontos no Teatro da Trindade
– Descontos nos Parques de Jogos, Ginásios e Piscinas

FUNDAÇÃO **INATEL** | TURISMO | DESPORTO | CULTURA

João Abreu. Dono de uma empresa de reciclagem há 3 meses.

Caixa Empreender

AOS 6 ANOS SALVOU O PLANETA. HOJE, COM O CAIXA EMPREENDER, CONTINUA A PROTEGÊ-LO.

Há uma pergunta que atravessa gerações e gerações de portugueses: "O que queres ser quando fores grande?". As respostas são divertidas e muitas vezes visionárias. Dão pistas sobre o nosso futuro. Mas mais importante, indiciam um sonho. E todos temos um. O João Abreu seguiu o seu e com a sua força e ambição transformou uma ideia num negócio.

A Caixa como parceiro de negócio tem as soluções Caixa Empreender:
Caixa Jovem Empreendedor: disponibiliza apoios exclusivos aos jovens que pretendem criar ou desenvolver a sua empresa.
Linha de crédito ANJE: financia os projectos dos jovens empresários em parceria com a Associação Nacional dos Jovens Empresários.
Linha de crédito IEFP: para quem se encontra desempregado ou aufere rendimentos inferiores à retribuição mínima mensal garantida (RMG) e pretende apostar no seu futuro - esta linha destina-se exclusivamente à criação de novas empresas ou à aquisição de partes sociais de sociedades já existentes.
Caixa Empreender +: desenvolve parcerias de capital para projectos de elevado potencial, em fase de crescimento/expansão.

Com o **Caixa Empreender** há soluções que vão desde o financiamento até à participação no capital das empresas. **Seja empreendedor com a Caixa**. Para saber mais visite www.caixaempreender-cgd.com, contacte 707 24 24 77 ou dirija-se a qualquer Agência da Caixa.

www.caixaempreender-cgd.com
707 24 24 77
8:00h às 22:00h / todos os dias do ano

Caixa Geral de Depositos